

NÚMERO 04 – 1º SEMESTRE/2018

Superintendência de Petróleo / Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis

URL: <http://www.epe.gov.br> | E-mail: [boletimpetroleo@epe.gov.br](mailto:boletimpetroleo@epe.gov.br)

Escritório Central: Av. Rio Branco, nº 1 - 11º Andar - CEP 20.090-003 - Rio de Janeiro/RJ



## PANORAMA RÚSSIA



Detentores de uma das maiores reservas de petróleo do mundo, da maior reserva mundial de gás natural e de uma extensa malha de dutos, os russos têm o desenvolvimento de sua economia fortemente influenciado por essa indústria. Atualmente, o país é o maior exportador mundial de petróleo e de gás natural. Ademais, aumenta o protagonismo russo na geopolítica do petróleo e do gás natural, especialmente com a sua atuação na Opep+ e cresce a interação com países da América Latina, Ásia, Norte da África e Oriente Médio. **Página 2**

## FATOS RELEVANTES

JANEIRO – JUNHO 2018

Entre os principais aspectos que influenciaram a indústria petrolífera mundial destacam-se questões geopolíticas, a flexibilização dos cortes de produção da Opep+, anúncios de novos projetos e parcerias, acordos comerciais, fusões e aquisições. **Página 5**

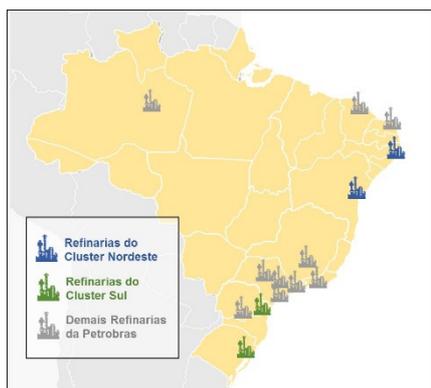
## CONJUNTURA INTERNACIONAL

O semestre foi marcado por um aumento nos preços do petróleo tipo Brent que atingiu US\$ 80/b em maio, influenciado pela manutenção do acordo de corte de oferta da Opep+, redução significativa na produção venezuelana, gargalos logísticos nos EUA e Canadá, maior percepção de risco devido à saída dos EUA do acordo nuclear com o Irã e do aumento das tensões geopolíticas, além da perspectiva de crescimento da demanda mundial. A flexibilização da política de cortes da Opep+ e a eventual elevação da produção dos EUA podem não ser suficientes para suprir o aumento da demanda, o que ampliaria as incertezas e a volatilidade do mercado no curto prazo. **Página 9**

## ESTATÍSTICAS

São ilustrados os balanços regionais e global de petróleo, o comércio internacional e os estoques do produto. Destacam-se os principais números do setor e as rodadas internacionais de licitações planejadas para 2018. Na parte nacional, são apresentados o balanço de petróleo, o cronograma de licitações do setor e uma comparação entre os preços de realização nacionais e internacionais de derivados selecionados. **Página 16**

## CONJUNTURA BRASIL



O êxito de duas rodadas de licitações (4ª Rodada de Partilha e 15ª Rodada de Concessão) e a divulgação da Oferta Permanente de blocos exploratórios reiteram os esforços dispendidos para a retomada do setor. Em relação ao *downstream*, após a oferta da Petrobras de dois *clusters* para investidores, discussões acerca da precificação dos combustíveis derivados de petróleo foram ampliadas em decorrência da paralisação nacional de caminhoneiros ocorrida no período. **Página 11**

## I. PANORAMA RÚSSIA

Para além da Copa do Mundo de Futebol de 2018 na Rússia, há muito mais para se conhecer desse país de grande extensão territorial e diversidade, em especial o impacto da indústria do petróleo sobre a economia russa. O petróleo e o gás natural têm sido uma parte fundamental da economia russa há décadas, sendo responsáveis por aproximadamente um quinto do seu Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 30% da receita orçamentária consolidada e mais da metade da receita de exportação durante a década de 2000 (Simola e Solanko, 2017).

Após uma retração na economia em 2015 e 2016<sup>1</sup>, a Rússia apresentou uma retomada do crescimento de 1,5% em 2017, bem como incrementos de 25% no investimento estrangeiro direto (IED) (OECD, 2018)<sup>2</sup>. Políticas de estabilização e de diversificação das receitas<sup>3</sup> contribuíram para a recuperação econômica, juntamente com a alta dos preços de *commodities* energéticas e a recuperação da economia global (World Bank, 2018).

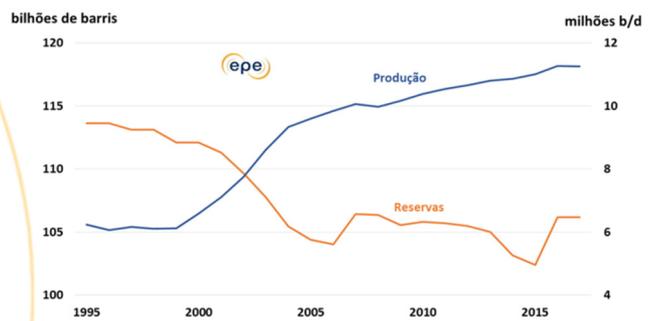
O recente incremento da produção de petróleo russa foi possibilitado pela aplicação de novas tecnologias em campos maduros e pelo aumento de investimentos, sendo esses últimos beneficiados pela desvalorização do rublo. A taxa de câmbio média mensal se desvalorizou em 84% entre janeiro de 2014 e maio de 2018, o que reduziu os custos dos componentes construídos localmente.

A Rússia é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, respondendo por 12,2% da produção global em 2017 (11,3 milhões b/d, incluindo líquidos de gás natural), conforme indicado no Gráfico 1, e detém a sexta maior reserva (106 bilhões de barris – 6,3% do total mundial). Em relação ao gás natural, a Rússia possui a maior reserva provada no mundo (32,3 trilhões de m<sup>3</sup>) sendo responsável por 17,3% da produção mundial em 2017 (1,74 milhões m<sup>3</sup>/d – 8,2% maior em relação à 2016), atrás apenas dos EUA (BP, 2018). Em termos de demanda energética, a Rússia é o quarto maior consumidor de energia<sup>4</sup>, depois de China, EUA e Índia.

<sup>1</sup> O colapso dos preços do petróleo no segundo semestre de 2014 e a imposição de sanções econômicas afetaram diretamente a economia russa.

<sup>2</sup> Investidores estrangeiros aplicaram recursos em 238 novos projetos na Rússia em 2017, 16% a mais em relação a 2016. A China assumiu a liderança pela primeira vez, passando de nove projetos em 2016 para 32 em 2017. Já a Alemanha, reduziu o número de novos projetos de 43 para 28 (EY, 2018).

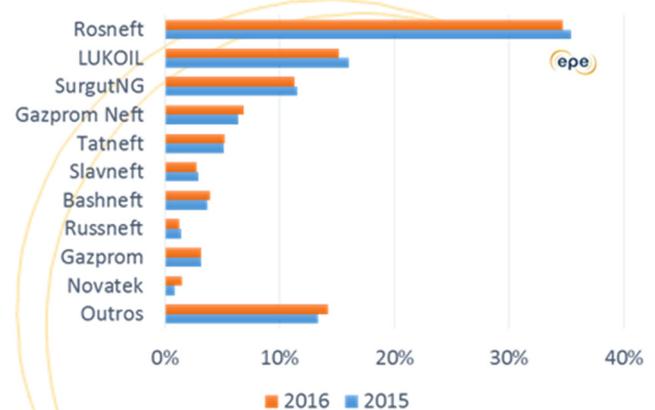
**Gráfico 1. Produção e reservas de petróleo da Rússia**



Fonte: BP (2018).

Após a dissolução da União Soviética, a indústria de petróleo da Rússia passou por um processo de privatizações. As empresas privadas conseguiram impulsionar o crescimento do setor a partir do final da década de 1990, atraindo várias companhias estrangeiras e promovendo uma retomada da indústria petrolífera nacional. Destaca-se a reestruturação do setor, que passou a ter uma menor concentração de empresas com controle estatal. Entretanto, atualmente as estatais russas dominam a produção de petróleo do país. Nota-se, no Gráfico 2, que as três maiores empresas nacionais (Rosneft, Lukoil e SurgutNG) representaram juntas, no período 2015-2016, mais de 60% da produção de petróleo e condensados.

**Gráfico 2. Participação de empresas russas na produção de petróleo e condensados (2015-2016)**



Fonte: Henderson e Grushevenko (2017).

<sup>3</sup> A Rússia vem buscando a diversificação de sua economia: aproximadamente 59% de sua estrutura de exportações em 2017 foi composta de hidrocarbonetos e demais insumos energéticos (excluindo energia elétrica), uma redução do patamar de 70%, registrado em 2013 (World Bank, 2018).

<sup>4</sup> Em 2017, o gás natural permaneceu como principal fonte energética do país, com 52,3% do consumo primário, seguido por petróleo, com 21,9% e carvão 13,2% (BP, 2018).

Em 2016, a estatal Rosneft, cujos incrementos de produção foram construídos em grande parte devido às aquisições de ativos anteriormente detidos por empresas privadas (como Yukos, TNK-BP e Bashneft), foi responsável por 37% da produção de petróleo russo. Sendo a principal produtora russa (produção de 4,6 milhões b/d de óleo bruto no primeiro trimestre de 2018) (IEA, 2018), acaba por suportar o peso dos cortes acordados com a Opep<sup>5</sup>. O crescente envolvimento da Rússia no Oriente Médio não veio apenas na forma de força militar, como demonstrado principalmente por seu envolvimento na Síria, mas também política e economicamente por meio das atividades comerciais da Rosneft em países que necessitam de investimentos em setores de petróleo e gás natural. Nessa associação de interesses comerciais e geopolíticos, a Rússia busca reafirmar sua presença política, econômica e militar através de suas estatais petrolíferas, não apenas no Oriente Médio<sup>6</sup> (Irã, Iraque, Turquia, Curdistão), mas também em países do norte da África<sup>7</sup> (Egito, Líbia e Argélia), rivalizando com a influência dos Estados Unidos e da União Europeia, além de estabelecer parcerias na América Latina (Venezuela e Brasil) e na Ásia (China e Índia)<sup>8</sup>.

Em 2017, a Rússia manteve a posição de maior exportadora mundial de petróleo (8,6 milhões b/d – 12,7% do volume global) e gás natural (231 bilhões m<sup>3</sup>, representando 20,4% do volume global transacionado) (BP, 2018). Apesar de a maioria das exportações russas de energéticos ser destinada aos países da União Europeia, a China se tornou o maior comprador individual de petróleo russo em 2017, respondendo por mais de 20% das exportações<sup>9</sup> (BOFIT, 2018).

A maior parte da produção de petróleo da Rússia tem origem na Sibéria Ocidental e nas regiões dos Urais-Volga. A participação do

distrito de Ural, no entanto, diminuiu nos últimos anos, com a entrada em operação de novos campos de petróleo na Sibéria Oriental e no Extremo Oriente. Mesmo com o aumento da perfuração em campos maduros (*brownfields*) - 22% nos últimos cinco anos - o declínio na produção não foi compensado, uma vez que os custos associados aos desafios tecnológicos tornam esses projetos menos lucrativos. Em contrapartida, o declínio dos *brownfields* vem sendo compensado pelo crescimento da produção em novos campos (*greenfields*), como Tagul, Taas-Yuryakh, Russkoe e Kuyumba (Mitrova e Grushevenko, 2018). Outra fronteira promissora é a formação de baixa permeabilidade (recurso não-convencional) de Bazhenov, a oeste da Sibéria. No entanto, as perspectivas de curto prazo para a produção de óleo não convencional na Rússia parecem ser limitadas, em parte, por causa de sanções econômicas que, entre outras medidas, limitaram o acesso das empresas russas aos mercados de capitais dos EUA e impossibilitam a importação russa de bens, serviços e tecnologia em apoio a projetos de baixa permeabilidade ou de águas profundas no Ártico. Em contrapartida, o governo russo vem oferecendo reduções tributárias e isenções fiscais para incentivar investimentos em novos campos e em reservatórios de difícil desenvolvimento<sup>10</sup>.

Em relação ao *downstream*, a indústria petrolífera russa foi estimulada em 2011, através de incentivos fiscais, a atualizar os ativos de refino do país por meio de um programa de modernização das refinarias de petróleo. Também introduziu gradualmente impostos mais severos sobre derivados de petróleo de qualidade inferior, a fim de fomentar as petrolíferas russas a investirem em novas unidades de refino para reduzir a produção de óleo combustível e aumentar a produção de produtos de maior valor

<sup>5</sup> A Opep e a Rússia, por décadas concorrentes no mercado de petróleo, acordaram uma aliança ao final de 2016 para combater o excedente de oferta. Países-membros da Opep e não-membros da Opep liderados pela Rússia reduziram a produção em 1,8 milhão de b/d desde janeiro de 2017, contribuindo para o atual patamar de preços do petróleo tipo Brent acima de US\$ 70/b e a redução os estoques nos países industrializados da OCDE.

<sup>6</sup> Em 2016, após a aquisição da petrolífera russa Bashneft, a Rosneft herdou licenças de petróleo no sul do Iraque, iniciando a perfuração de poço exploratório no Bloco 12 nas províncias de Najaf e Muthanna. Em setembro de 2017, o Governo Regional do Curdistão (KRG) e a Rosneft chegaram a um acordo para construir um gasoduto de exportação de gás natural para a Turquia. Em novembro do mesmo ano, o Irã assinou memorandos de entendimento com a Gazprom e com a Rosneft, visando cooperação estratégica no setor de energia (Chow e Stanley, 2018).

<sup>7</sup> Em 2017, um braço comercial da Rosneft assinou um acordo para fornecer cargas de gás natural liquefeito para o Egito, enquanto que a Rosneft adquiriu uma participação de 30% no campo de gás natural descoberto pela Eni, Zohr, na costa mediterrânea desse país. Ainda em 2017, a Rosneft assinou um contrato com a Corporação Nacional de Petróleo da Líbia (Chow e Stanley, 2018).

<sup>8</sup> A Rosneft está aproveitando a oportunidade criada pela crise econômica venezuelana para aumentar seus investimentos no país. No Brasil, a Rosneft

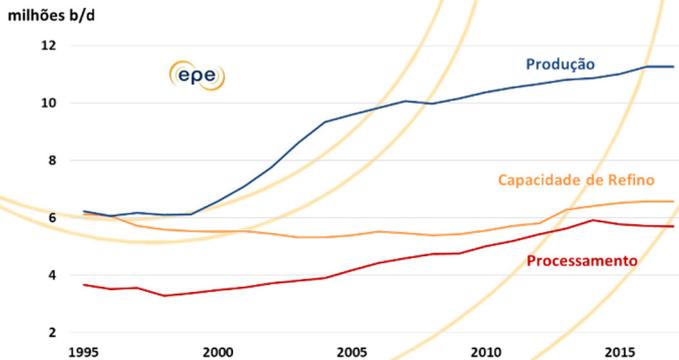
adquiriu participação na PetroRio e, em 2017, perfurou seu primeiro poço exploratório na Bacia do Solimões. Na Índia, a Rosneft investiu, em 2017, US\$ 13 bilhões na aquisição de parte de refinaria da Essar Oil, grupo privado com ativos de *downstream*. Além da possibilidade de participação de um projeto de refinaria em Tianjin, a relação da Rosneft com a China consistiu em um acordo para construção do duto East Siberia Pacific Ocean, tornando a Rússia o maior fornecedor de petróleo bruto à China (Chow e Stanley, 2018).

<sup>9</sup> A China importa a maior parte do petróleo russo através de oleodutos e carregamentos marítimos dos portos de Kozmino, De-Kastri e Prigorodnoye. Além da expansão da importação de petróleo pelo oleoduto Eastern Siberia-Pacific Ocean (ESPO) da China para 600 mil b/d em janeiro de 2018 (vide Fatos Relevantes), a maior concessão de cotas de importação, pelo governo chinês, para suas refinarias independentes (*teapots*) também contribuiu para o incremento no volume de petróleo importado (EIA, 2017b).

<sup>10</sup> Atraídos pelos incentivos fiscais (como a redução das alíquotas do *mineral extraction tax* – MET, principal imposto incidente sobre a produção petrolífera, bem como das tarifas de exportação do petróleo e gás natural) e pelos recursos potencialmente vastos, empresas internacionais firmaram parcerias com empresas russas para explorar o Ártico e recursos não-convencionais. A ExxonMobil, a Eni, a Statoil e a China National Petroleum Company (CNPC), por exemplo, formaram uma *joint-venture* com a Rosneft em 2013 para explorar os campos do Ártico (EIA, 2017).

agregado<sup>11</sup>. A medida se mostrou efetiva em um primeiro momento, mas desde 2014, diante da queda nos preços do petróleo e das sanções<sup>12</sup>, as empresas solicitaram uma postergação no programa de modernização das refinarias, a fim de adequar seu escopo do às perspectivas de desaceleração na demanda do mercado europeu de diesel, como mostrado no Gráfico 3.

**Gráfico 3. Produção de petróleo e derivados**



Fonte: BP (2018).

No segmento logístico, a Rússia conta com extensa malha de oleodutos e gasodutos, quase totalmente de propriedade e administrados pela estatal Transneft. Uma das exceções é o oleoduto do *Caspian Pipeline Consortium* (CPC)<sup>13</sup>, que vai do campo de Tengiz, no Cazaquistão, até o porto russo de Novorossiysk, no Mar Negro. Outra exceção é o oleoduto Trans Sakhalin, de propriedade do consórcio Sakhalin-2, no leste da Rússia (EIA, 2017a). Em relação ao transporte marítimo, a Rússia modificou sua Lei de Exportação de Gás em 2013 para permitir que a Novatek e a Rosneft exportassem gás natural liquefeito (GNL), quebrando o monopólio da Gazprom<sup>14</sup>. Nesse sentido, a Gazprom vem buscando alternativas de fornecimento que eliminem entraves logísticos, priorizando o

transporte pelo novo gasoduto (Turkish Stream) para a Turquia, em detrimento da rede de dutos que atravessa o território ucraniano (Tass, 2018).

Apesar das diversas pressões políticas, a Europa depende da Rússia como fonte de abastecimento de petróleo e, principalmente, gás natural, gerando expressivas receitas com a importação desses energéticos<sup>15</sup>. A Europa possui outras opções para diversificação de seu suprimento energético, todavia o gás natural russo ainda apresenta preços competitivos quando comparado a outros países produtores<sup>16</sup>.

A economia e as políticas interna e externa da Rússia estão intimamente ligadas à indústria do petróleo e do gás natural. Nesse sentido, a influência geopolítica permanecerá como fator central para as perspectivas do país, principalmente em relação às receitas de exportação. Destaca-se o papel das duas grandes estatais russas, Rosneft e Gazprom, que possibilitam ao governo exercer influência na Europa Central e Oriental e, no médio prazo, na Europa Ocidental e no nordeste da Ásia.

Além do papel na geopolítica do petróleo em termos de suprimento, a Rússia participa das discussões com a Opep para limitar a oferta de petróleo, aumentando as incertezas, inclusive, sobre o investimento futuro no país. Por outro lado, caso a cooperação saudita-russa se mantenha, novas metas de cortes menos restritivas que as atuais poderão ser estabelecidas, fortalecendo a posição da Rússia no Oriente Médio e contrabalançando a influência dos EUA na região.

<sup>11</sup> O programa de modernização prevê um aumento de quase 20% na produção de diesel até 2020. É previsto, ainda, que o rendimento de produtos leves cresça para 64% em 2018, contra 62% em 2017, com uma redução ainda maior na produção de óleo combustível. Vale destacar que a Rússia, um importante exportador de óleo combustível para a Europa, já reduziu significativamente sua produção de óleo combustível como resultado de seu programa de modernização (Astrasheuskaya, 2018).

<sup>12</sup> No início de 2014, a Rússia violou a lei internacional anexando a Crimeia e supostamente fomentando revoltas separatistas na região ucraniana oriental de Donbass. A União Europeia, os Estados Unidos e vários outros países ocidentais responderam com medidas diplomáticas em março de 2014, seguidas por congelamentos de ativos e proibições de visto direcionadas a indivíduos e entidades. Em julho de 2014, foram adotadas sanções contra os setores russos de energia, defesa e financeiro. As sanções afetaram a economia russa de várias maneiras, seja, agravando uma desaceleração econômica provocada pela queda dos preços do petróleo, seja pelas restrições aos empréstimos e investimentos ocidentais na Rússia (Russel, 2018).

<sup>13</sup> O consórcio CPC tem participação do governo russo (representado pela Transneft, com 24%), da estatal cazaque KazMunaiGaz (19%), e a Chevron (15%), entre outras empresas.

<sup>14</sup> Até recentemente, o único terminal de exportação de GNL da Rússia estava localizado no Extremo Oriente da Rússia, na ilha de Sakhalin, com o objetivo de fornecer gás natural russo ao mercado japonês e sul-coreano. No entanto, em dezembro de 2017, o primeiro trem do terminal Yamal LNG foi lançado na costa norte da Rússia, com mais dois trens em construção. Cada um dos três trens tem uma capacidade planejada de 5,5 milhões de toneladas por ano (mtpa). Os acionistas são a companhia russa de gás natural Novatek (50,1%), Total (20%), CNPC (20%) e o investidor chinês Silk Road Fund (9,9%). O consórcio Yamal LNG planeja entregar GNL ao mercado asiático durante o verão através da Rota do Mar do Norte (águas do Ártico, norte do país) e durante o inverno o GNL para a Europa (Sharples, 2018).

<sup>15</sup> Em 2016, aproximadamente 60% das exportações de petróleo bruto e mais de 75% das exportações de gás natural da Rússia foram direcionadas para os países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (EIA, 2017).

<sup>16</sup> No último ano, o gás natural russo produzido em campos siberianos e transportado via gasodutos para a Europa, em grande parte, superou os suprimentos de GNL dos EUA para a Europa (BP, 2018).

## Referências

- 1) ASTRASHEUSKAYA, N., (2018). *Russia's Refinery Modernization Drive Under Scrutiny*. 2018 Oil & Gas Outlook: EMEA, S&P Global Platts, 12 jan. 2018. Disponível em: <https://www.platts.com/news-feature/2018/oil/2018-oil-natgas-outlook/2018-russia-refinery-modernization>.
- 2) BOFIT. BANK OF FINLAND, (2018). *Russian oil production expected to remain at current levels also this year*. BOFIT WEEKLY 2018/11. Helsinki, 16 mar. 2018. Bank of Finland. Disponível em: [https://www.bofit.fi/en/monitoring/weekly/2018/vw201811\\_1/](https://www.bofit.fi/en/monitoring/weekly/2018/vw201811_1/).
- 3) BP, (2018). *BP Statistical Review of World Energy 2018*. Disponível em: <https://www.bp.com/en/global/corporate/energy-economics/statistical-review-of-world-energy.html>.
- 4) CHOW, E.; STANLEY, A., (2018). *Russia's National Oil Champion Goes Global*. Center for Strategic & International Studies, CSIS Brief, 22 fev. 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/russias-national-oil-champion-goes-global>.
- 5) EIA. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, (2017a). *Country Analysis Brief: Russia*. U.S. Energy Information Administration. 31 out. 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/beta/international/analysis.php?iso=RUS>.
- 6) \_\_\_\_\_. (2017b). *More Chinese crude oil imports coming from non-OPEC countries*. Washington, 14 abr. 2017. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=30792>.
- 7) EY, (2018). *European Attractiveness Survey - Russia, 2018*. Ernst & Young Valuation. Disponível em: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-european-attractiveness-survey-2018-eng/\\$File/ey-european-attractiveness-survey-2018-eng.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-european-attractiveness-survey-2018-eng/$File/ey-european-attractiveness-survey-2018-eng.pdf).
- 8) HENDERSON, J.; GRUSHEVENKO, E., (2017). *Russian Oil Production. Outlook to 2020*. Energy Insight: 3, The Oxford Institute for Energy Studies, University of Oxford, February 2017. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2017/02/Russian-Oil-Production-Outlook-to-2020-OIES-Energy-Insight.pdf>.
- 9) İDİL, M.; ATAER, K., (2018). *Over 50 percent of construction on first Turkish Stream pipeline completed*. Hurriyet Daily News, 29 jan. 2018. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/over-50-percent-of-construction-on-first-turkish-stream-pipeline-completed-126444>.
- 10) IEA. International Energy Agency, (2018). *Oil Market Report*. Paris. Disponível em: <https://www.iea.org/oilmarketreport/>.
- 11) MITROVA, T.; GRUSHEVENKO, E., (2018). *Russia back to growth, of a kind*. Petroleum Economist, 14 fev. 2018. Disponível em: <http://www.petroleum-economist.com/articles/markets/outlook/2018/russia-back-to-growth-of-a-kind>.
- 12) OECD. ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT, (2018). *OECD Economic Outlook, Volume 2018, issue 1 – preliminary version*. OECD, Paris. Disponível em: <https://www.oecd.org/eco/outlook/economic-forecast-summary-russia-oecd-economic-outlook.pdf>.
- 13) ROSNEFT, (2018). *Rosneft at a glance*. Rosneft, Russia. Disponível em: [https://www.rosneft.com/about/Rosneft\\_today/](https://www.rosneft.com/about/Rosneft_today/).
- 14) RUSSEL, M., (2018). *Sanctions over Ukraine: Impact on Russia*. European Parliament Research Service, PE614.665, European Union, January 2018. Disponível em: [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614665/EPRS\\_BRI\(2018\)614665\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2018/614665/EPRS_BRI(2018)614665_EN.pdf).
- 15) SHARPLES, J., (2018). *UK Dependence on Imported Hydrocarbons: How Important is Russia?* The Oxford Institute for Energy Studies, Oxford Energy Insight: 32, March 2018. Disponível em: <https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2018/03/UK-Dependence-on-Imported-Hydrocarbons-Insight-32.pdf>.
- 16) SIMOLA, H.; SOLANKO, L., (2017). *Overview of Russia's oil and gas sector*. BOFIT Policy Brief 2017, nº 5, Institute for Economies in Transition. Helsinki, Bank of Finland, BOFIT, 19 May 2017. Disponível em: <https://www.bofit.fi/en>.
- 17) TASS, (2018). *Gas pipelines to Europe by 2018*. Russian News Agency. Disponível em: <http://tass.com/infographics/7275>.
- 18) WORLD BANK, (2018). *Modest Growth Ahead – Russia Economic Report*. Edition nº 39, May 2018. Disponível em: <http://pubdocs.worldbank.org/en/1626815270868170/RER-39-Eng.pdf>.

## II. FATOS RELEVANTES (JANEIRO 2018 – JUNHO 2018)

### JANEIRO/2018

- **EUA:** Anunciada proposta preliminar para oferta de blocos *offshore* (cerca de 50 leilões) localizados na plataforma continental dos EUA. O plano plurianual (2019-2024) permitirá atividades de E&P em áreas localizadas nos oceanos Ártico, Atlântico e Pacífico;
- **EUA:** A Total assinou contrato com a Sansom para aquisição da Sansom Offshore Anchor LLC, que detém uma participação de 12,5% em quatro blocos localizados em Anchor, na região do Golfo do México. O acordo também inclui uma participação de 12,5% no bloco próximo de Green Canyon 761, onde a Total já possui 25%. A área de Anchor é operada pela Chevron (participação de 55%), além da participação da Cobalt (20%) e Venari (12,5%);
- **EUA:** A Total anunciou descoberta no prospecto de Ballymore, localizado em águas profundas na região oriental do Golfo do México. A aquisição de 40% de Ballymore pela Total, em 2017, foi parte de um acordo de exploração com a Chevron (60%, operadora), que inclui prospectos abrangendo 16 blocos nos *plays* exploratórios de Norphlet e Wilcox (respectivamente, região oriental e central do Golfo do México);
- **Canadá:** Gargalos logísticos no *midstream* e aumento da oferta de petróleo ampliaram o *spread* entre os preços do Brent e WTI em relação ao petróleo marcador canadense (Western Canada Select – WCS). O oleoduto Keystone ainda está operando com uma redução de pressão de 20%, mais de dois meses após um vazamento que provocou o fechamento do oleoduto com capacidade de 590 mil b/d, se constituindo com um dos principais meios de transporte entre o Canadá e Cushing, em Oklahoma;
- **Guiana:** A ExxonMobil reportou testes positivos de seu poço exploratório Ranger-1. Essa é a sexta descoberta *offshore* no país desde 2015. As cinco anteriores totalizaram 3,2 bilhões boe (barril de óleo equivalente) recuperáveis;
- **México:** Foram licitados 19 de 29 campos oferecidos em águas profundas (localizadas nas províncias petrolíferas de *Area Perdido*, *Cordilleras Mexicanas* e *Cuenca Salina*) como parte da 4ª fase da Segunda Rodada de Licitação de Blocos Exploratórios Mexicanos. A Shell se destacou arrematando nove blocos, sendo um em parceria com a Pemex e quatro com a Qatar Petroleum International. A maior parte dos blocos se localizam próximos à descoberta no campo de Whale, do lado americano da fronteira, anunciada após a licitação;
- **Venezuela:** A produção venezuelana caiu mais de 300 mil b/d em 2017, com o país produzindo uma média anual de 2,1 milhões b/d. Em dezembro, a média mensal recuou 200 mil b/d, com a produção caindo para 1,6 milhão b/d;
- **Europa:** A Shell anunciou o plano de investimentos (*Final Investment Decision* – FID) para o desenvolvimento do campo de Penguins, no Mar do Norte/Reino Unido. Com a decisão, há previsão de construção de uma FPSO (*Floating Production Storage Offloading*) com capacidade de 45 mil boe/d. O petróleo será transportado por navios para as refinarias e o gás natural será escoado através do gasoduto *Far North Liquids and Associated Gas System* (FLAGS) para o terminal de St. Fergus, no nordeste da Escócia;

- **Fórum Econômico Mundial:** Empresas petrolíferas se reuniram em Davos para aprofundar a padronização de equipamentos, iniciada há dois anos, visando reduzir custos de forma permanente. A iniciativa incluiu empresas como Shell, Total, BP, Aramco, Equinor (então Statoil), Repsol e Chevron, as quais pretendem expandir o número de equipamentos padronizados dos 4 inicialmente acordados em 2016 para mais de 40;
- **Reino Unido:** O sistema de dutos de Forties normalizou sua operação após paralisação para reparo de uma fissura em um duto (em área *onshore*, ao sul de Aberdeen). O sistema, adquirido pela empresa Ineos junto à BP, em outubro de 2017, por US\$ 250 milhões, já havia realizado uma parada para manutenção em dezembro de 2017 a fim de solucionar um problema de mesma natureza;
- **Irã:** Protestos contra o governo se alastraram por diversas províncias, resultando na prisão de mais de 400 manifestantes em Teerã, e contabilizando 20 mortes. Os protestos começaram depois do vazamento de partes confidenciais do orçamento, que aumentava o valor disponível para castas religiosas e para o exército ao mesmo tempo em que cortava subsídios à população;
- **Iraque:** O governo iraquiano e a BP assinaram memorando de entendimento (MoU – *Memorandum of Understanding*) para a realização de investimentos que duplicarão a capacidade da refinaria de Kirkuk, para 750 mil b/d;
- **Kuwait:** A Kuwait Petroleum Corp (KPC) anunciou uma previsão de investimento de US\$ 144 bilhões nos próximos cinco anos e mais US\$ 394 bilhões até 2040. O objetivo principal é aumentar a capacidade de produção de 3,15 para 4,75 milhões b/d;
- **China:** A estatal de planejamento (NDRC – *National Development & Reform Commission*) anunciou um processo de fiscalização da capacidade de refino não autorizada pelo Estado, além de desestimular refinarias com capacidade inferior a 40 mil b/d;
- **Rússia e China:** Inaugurado o segundo trecho do oleoduto East Siberia-Pacific Ocean (ESPO) interligando Skovorodino (Rússia) à província de Heilongjiang (nordeste da China). Com a extensão, a capacidade de exportação de petróleo russo à China dobrou, alcançando 600 mil b/d. A Rosneft é a fornecedora do petróleo enquanto a estatal chinesa PetroChina é responsável pela compra;
- **Rússia:** Apesar da requisição e aprovação para aumento da produção do campo de Sakhalin-1 de 200 mil b/d para 260 mil b/d pela ExxonMobil, a decisão foi revista pelo agente regulador, que ordenou a manutenção da cota de produção antiga;
- **FEVEREIRO/2018**
  - **Brasil:** O Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) aprovou, com restrições, a compra da Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) pelo grupo mexicano Petrotemex. A operação, anunciada no fim de 2016 por US\$ 385 milhões, faz parte do plano de desinvestimentos da Petrobras. O Cade condicionou a aprovação a um acordo que prevê que a Petrotemex se comprometa a fornecer PTA (ácido tereftálico purificado) sem discriminação e a preços e volumes pré-combinados para a concorrente M&G Polímeros Brasil S.A., a fim de se evitar um monopólio de fornecimento de PTA no Brasil;
  - **EUA:** A produção mensal de óleo cru excedeu 10 milhões b/d pela primeira vez desde 1970. O patamar de produção encontra-se perto do recorde histórico. As regiões do Permian (3,9 milhões b/d), da Dakota do Norte (1,2 milhão b/d) e do Golfo do México (1,7 milhão b/d) foram os principais responsáveis por esse incremento;
  - **EUA:** Foi realizado o primeiro carregamento de um petroleiro VLCC (*very large crude carrier*) em Louisiana (Louisiana Offshore Oil Terminal – LOOP), destinado à exportação de petróleo. O navio Shaden, de bandeira saudita, foi fretado pela Shell Oil. O terminal LOOP se constitui um dos principais pontos logísticos, destinada a atender a política de exportação de petróleo norte-americana;
  - **Venezuela:** Iniciada a pré-venda da criptomoeda estatal Petro (PTR), lastreada pela reserva de petróleo do bloco Ayacucho, na Faixa Petrolífera do Orinoco. O Petro tem por objetivo captar investimentos para gerar um novo mecanismo de pagamento de bens e serviços. Cada unidade da criptomoeda foi cotada ao preço de um barril de petróleo venezuelano;
  - **Noruega:** O diretório de petróleo norueguês aumentou as estimativas de recursos não provados em 1,1 bilhão de barris. O aumento veio de uma reavaliação dos depósitos no Mar de Barents;
  - **EAU:** O emirado iniciou a assinatura de acordos para que empresas internacionais participem da produção no país. A japonesa Inpex, a espanhola Cepsa, a italiana Eni e a indiana ONGC obtiveram participações em campos *offshore*;
  - **Líbano:** Um consórcio internacional liderado pela Total (Total 40%, Eni 40% e Novatek 20%) assinou dois acordos de E&P (*Exploration and Production Agreement - EPA*) com a República do Líbano, cobrindo os blocos 4 e 9, localizados em águas profundas libanesas. Os acordos são resultado da Primeira Rodada Internacional de Licitação de Blocos Petrolíferos, coordenada pela Administração Libanesa do Petróleo (LPA);
  - **Opep:** Em fevereiro, a produção de petróleo do grupo foi reduzida para o menor nível em dez meses, registrando 32,2 milhões b/d, um declínio de 77 mil b/d em relação a janeiro/2018. Além da Venezuela, que apresentou uma redução mensal de 53 mil b/d, houve uma queda na produção dos Emirados Árabes Unidos e do Iraque (35 mil b/d e 25 mil b/d, respectivamente);
- **MARÇO/2018**
  - **Brasil:** A 15ª Rodada de Licitações superou as expectativas do governo e terminou com bônus acumulado de mais de R\$ 8 bilhões e 22 áreas arrematadas das 47 ofertadas. Doze das treze empresas participantes arremataram blocos *offshore*. Os blocos em terra não receberam ofertas;
  - **EUA e Venezuela:** Os EUA proibiram os cidadãos norte-americanos de realizarem transações com a nova criptomoeda venezuelana, o Petro;
  - **México:** A etapa de águas rasas da 3ª rodada mexicana com 35 blocos ofertados terminou com 16 concedidos, alguns para grupos internacionais, como Shell, Total, Cepsa, Deutsche, Eni, BP, Lukoil, Repsol e Sapura;
  - **Arábia Saudita e Malásia:** A Aramco e a Petronas formalizaram *joint ventures* para o projeto malaio *Refinery and Petrochemical Integrated Development* (RAPID), com capacidade de 300 mil b/d, destinados à produção de gasolina e diesel;

- **Reino Unido e Rússia:** A tentativa de assassinato do ex-agente russo Sergei Skripal e de sua filha, com gás neurotóxico, na cidade britânica de Salisbury, suscitou a expulsão de diplomatas russos por diversos governos – liderados pelo Reino Unido, gerando temor em relação a possíveis interrupções no fornecimento de energéticos russos à União Europeia;
- **China:** Lançamento dos contratos de futuros de petróleo na China, cujas operações cotadas em yuans ocorrem na Bolsa de Shanghai (*Shanghai International Energy Exchange*). O novo contrato futuro chinês, que está aberto a investidores estrangeiros, é baseado em uma cesta de petróleos médios e pesados do Oriente Médio e da própria China, caracterizados por um teor de enxofre superior aos petróleos Brent e WTI. O novo contrato foi desenvolvido para reduzir parte do controle da precificação das principais referências internacionais da *commodity*, bem como para promover o uso da moeda chinesa no comércio global;
- **ABRIL/2018**
  - **Brasil:** A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) propôs uma tabela escalonada para o Repetro no Estado. O Rio de Janeiro é o único estado dentre os grandes produtores que não aderiu ao incentivo tributário permitido pela União para as Unidades Federativas, concedido à indústria petrolífera;
  - **Brasil:** A estatal China National Petroleum Corporation (CNPC) está negociando com a Petrobras o investimento em uma nova refinaria no Brasil em troca de participações em campos na Bacia de Campos e pelo direito de uso da nova refinaria do Comperj. A Petrobras também publicou um *teaser* oferecendo vender 60% de sua participação acionária em dois *clusters* (refinarias e infraestrutura logística) no nordeste e no sul do País;
  - **EUA:** O governo organizou o maior leilão de concessões exploratórias da história, oferecendo 312 mil km<sup>2</sup>. No entanto, somente 1% dessa área foi arrematada, com 105 de 9.088 blocos recebendo ofertas. Somente três dos blocos adquiridos não se localizavam próximos à infraestrutura existente, o que evidencia que há interesse, mas para áreas conhecidas;
  - **EUA:** A Agência de Proteção Ambiental norte-americana (EPA) propôs uma redução das metas de eficiência energética para automóveis produzidos entre 2022 e 2025, alegando que os padrões estabelecidos em 2012 necessitariam de revisão. Caberá à agência, em conjunto com a National Highway Traffic Safety Administration, a definição de novos padrões, que deverão ser encaminhados à consulta pública;
  - **EUA:** A produção no Golfo do México atingiu recorde histórico de produção com 1,65 milhão b/d;
  - **Venezuela:** A Chevron retirou seus trabalhadores do país depois de dois de seus executivos terem sido presos, sob a acusação de corrupção.
  - **Arábia Saudita:** A Aramco e a Total assinaram um acordo para construir um complexo petroquímico de US\$ 5 bilhões na refinaria saudita Jubail Satorp. A estatal também assinou um memorando de entendimento para construção de uma planta petroquímica, orçada em US\$ 8 bilhões, em sua refinaria em Port Arthur nos EUA com a Honeywell e a Technip;
  - **Bahrein:** Anunciada pelo *National Oil and Gas Authority* (NOGA) a descoberta de um campo de petróleo com reservas de *tight oil* estimadas em 80 bilhões de barris, maior descoberta desde 1932. Foi realizado acordo com a empresa Halliburton para perfuração de dois poços em 2018 para melhor avaliar o potencial de recursos e iniciar a produção, prevista para ocorrer em cinco anos;
  - **EUA:** A Abu Dhabi National Oil Company (Adnoc) anunciou que está estabelecendo uma unidade de *trading* como parte de uma tentativa de expandir sua atuação internacional. A estatal também anunciou o lançamento inédito de licitação para seis blocos de óleo e gás. Além disso, também vendeu participações em suas concessões para empresas como a ONGC indiana, a japonesa Inpex, a italiana Cepsa e a chinesa CNPC;
  - **Iêmen:** Os rebeldes Houthis anunciaram que intensificarão seus ataques à infraestrutura petrolífera saudita depois da morte de um líder houthi por uma ofensiva aérea da Arábia Saudita. Nos últimos meses lançaram mísseis contra refinarias e cidades, inclusive Riade, e contra um petroleiro no Golfo de Aden;
  - **Iraque:** O país ofereceu 11 novos blocos exploratórios na área fronteira com o Kuwait. Os recentes contratos exploratórios remunerarão as empresas produtoras em petróleo e visam reduzir o custo de desenvolvimento de novos projetos. O governo iraquiano também anunciou uma nova meta de produzir 6,5 milhões b/d em 2022;
  - **Kuwait:** A estatal Kuwait National Petroleum Co. delineou um plano de investimentos de US\$ 25 bilhões para aumento de sua capacidade de refino doméstica para 2 milhões b/d até 2035 (mais que duas vezes a atual);
  - **Nigéria:** O governo não conseguiu finalizar um acordo permanente para desenvolver o Delta do Níger. Os Niger Delta Avengers (NDA) foram responsáveis por ataques que reduziram a produção nigeriana em 40% em 2016. A condição exigida para cessar os ataques seria maiores investimentos nesta região;
  - **Síria:** Aumento das tensões geopolíticas após ataque conjunto dos Estados Unidos, França e Grã-Bretanha a três supostas instalações de armas químicas na Síria;
  - **Austrália:** O Território do Norte, uma vasta região rica em recursos minerais, suspendeu a proibição a realização de fraturamento hidráulico, que havia sido imposta em 2016. De acordo com o Ministério do Trabalho australiano, a exploração de gás natural não convencional poderia se iniciar em meados de 2019;
  - **Índia e Arábia Saudita:** A Saudi Aramco assinou um memorando de entendimento com três empresas indianas, IndianOil, Hindustan Petroleum e Bharat Petroleum para a construção de uma refinaria com capacidade de 1,2 milhão b/d, parte integrante de um complexo petroquímico previsto para 2025. A Aramco irá suprir até 50% da demanda de petróleo desta refinaria;
  - **Índia:** A Indian Oil Corporation anunciou planos de investimentos na ordem de US\$ 22 bilhões nos próximos 5 anos. A meta é aumentar sua capacidade de refino de 1,6 para 3,2 milhões b/d e produzir combustíveis adequados ao novo padrão de emissões Euro VI, com expectativa de implementação da norma em abril de 2020;
  - **China:** O novo contrato futuro de petróleo chinês precificado em yuan começou a ser negociado em Shanghai, tendo contado com volumes significativos de negociação nas suas primeiras semanas;

- **China:** Refinarias chinesas processaram 12,1 milhões b/d em março, um recorde, impulsionadas por um aumento de cotas de importação de petróleo concedidas pelo governo e por margens elevadas. No entanto, uma mudança tributária, que não permite mais que refinarias processem petróleo importado sem terem cotas, promoveu uma redução da demanda por petróleo de refinarias independentes (*teapots*) chinesas;
- **Rússia e Irã:** A Rosneft demonstrou interesse em participar da exploração e produção do campo de Zagros no Irã. Esse projeto faz parte do acordo firmado entre Rosneft e a NIOC (*National Iranian Oil Company*) de participarem de projetos no Irã envolvendo investimentos de até US\$ 30 bilhões;
- **Rússia:** Divergências começaram a surgir a respeito da continuidade do acordo sobre cortes de produção. O Irã afirmou que preços superiores a US\$ 70/b seriam indesejáveis, por gerarem maior volatilidade. A Arábia Saudita e a Rússia afirmaram que o acordo necessitaria ser estendido para além de 2018, de forma a garantir um nível de investimento global mais sustentável. O ministro russo afirmou que a cooperação com a Opep não tem prazo para acabar;
- **MAIO/2018**
  - **Brasil:** A Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória que autoriza a venda direta do óleo da União pela PPSA. No entanto, o leilão do excedente da cessão onerosa ainda está sendo discutido. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu as diretrizes para a redução do conteúdo local nas licitações sob o regime de concessão a partir de 2018;
  - **Brasil:** A PetroRio iniciou a produção do primeiro poço (POL-H) do projeto de revitalização do campo de Polvo, na Bacia de Campos;
  - **Caribe:** ConocoPhillips tomou ativos da PDVSA em ilhas caribenhas para compensar os US\$ 2 bilhões devidos à empresa pela estatização de suas operações na Venezuela na década passada;
  - **EUA e China:** A possibilidade de uma guerra comercial aumentou a incerteza e volatilidade mundiais. A ameaça pelos EUA de aplicar tarifas sobre importações contra a China levou o país asiático a anunciar retaliação aos produtos norte-americanos;
  - **EUA:** As exportações de petróleo do país alcançaram o volume recorde de 2,6 milhões b/d;
  - **EUA:** Anunciado um novo mandato para os biocombustíveis, além da permissão de uma mistura de até 15% de etanol na gasolina;
  - **México:** A ExxonMobil anunciou que entregará combustíveis na Cidade do México e mais três estados. Essa expansão faz parte de um plano de investir US\$ 300 milhões em logística, estocagem e marketing no *downstream* do país;
  - **Europa:** Após interrupção no funcionamento em janeiro de 2018, nova paralização no sistema de dutos de Forties, decorrentes de problemas técnicos, suspendem a produção dos campos petrolíferos no Mar do Norte. Com a interrupção temporária das atividades no Terminal Sullom Voe, não somente o sistema Brent, mas os componentes do oleoduto do sistema Ninian (que inclui todos os ativos da TAQA – operador da malha de transporte do Brent) necessitaram ser paralisados no período;
  - **Europa:** Pela primeira vez, os estoques de petróleo dos países da OCDE reduziram-se para valores abaixo da média móvel de cinco anos, conforme objetivo expresso pela Opep quando do anúncio do acordo sobre cortes em 2016;
- **Reino Unido:** O país concedeu 123 licenças de um total 229 blocos marítimos em sua última rodada de licitações, confirmando o renovado interesse de empresas em novos investimentos exploratórios;
- **Angola:** Total e Sonangol anunciaram decisão de investimento (FID) no projeto Zinia 2, além da entrada em produção do campo de Kaombo nos próximos meses;
- **Arábia Saudita:** A Saudi Aramco assinou um contrato de serviço com a Halliburton para a exploração de reservas não convencionais de gás natural através de fraturamento hidráulico;
- **Iraque:** O governo central chegou a um acordo com a ExxonMobil e a PetroChina sobre investimentos no Projeto Sul Integrado (*South Integrated Project*), que contempla a construção e reparos da infraestrutura de injeção de água, de dutos, de terminais de exportação e de geração elétrica. O projeto é crucial para o país atingir seu alvo de produzir 8 milhões b/d nos próximos 5 a 7 anos;
- **Irã:** Novas exigências foram impostas ao país para que os EUA se mantenham no acordo nuclear assinado em 2015, com a possibilidade da aplicação de sanções pelo governo americano. A União Europeia anunciou, no entanto, que permaneceria comprometida com o acordo. Não obstante, refinarias na Europa e Índia reduziram suas importações de petróleo do Irã devido às intenções dos EUA. Lukoil e Total decidiram não ir adiante com seus planos de desenvolver projetos no Irã;
- **Opep:** Ministros de países como Arábia Saudita, Rússia e EAU indicaram a possibilidade de uma flexibilização dos cortes de produção devido a preocupações com a oferta iraniana e venezuelana;
- **China e Brasil:** A PetroChina comprou 30% da TT Work, *holding* do grupo brasileiro da Total, que controla 2,2 mil postos de combustíveis no Brasil;
- **JUNHO/2018**
  - **Brasil:** A 4ª Rodada de Partilha leiloou três dos quatro blocos ofertados na área do pré-sal, arrecadando R\$ 3,15 bilhões em bônus de assinatura. A Petrobras será a operadora das três áreas arrematadas;
  - **Brasil:** A greve dos caminhoneiros, ocorrida na segunda quinzena de maio, causou uma crise de abastecimento no País e ressaltou a assimetria de informação sobre os preços dos combustíveis derivados do petróleo. Em resposta, o Governo Federal passou a analisar algumas concessões (como subsídio temporário ao diesel; tabelamento de frete rodoviário mínimo; redução na frequência dos reajustes de preços do diesel pela Petrobras e redução dos tributos federais - PIS/Cofins e Cide), que ainda estão sendo implementadas e/ou negociadas;
  - **Brasil:** Sancionada a Lei nº 13.679/2018 que autoriza a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) a comercializar parte do óleo, devida à União na exploração de campos do pré-sal, diretamente para empresas, preferencialmente por meio de leilão;
  - **Opep:** Em reunião da Opep e não membros da Opep (como Rússia), decidiu-se rever o acordo de redução de produção até o fim de 2018, com perspectiva de aumento de até 1 milhão de b/d. Não houve detalhes sobre as atribuições específicas de cada membro separadamente. Apesar de a próxima reunião formal estar marcada para dezembro, a Opep+ se reunirá em setembro para revisar o acordo atual;

### III. CONJUNTURA INTERNACIONAL

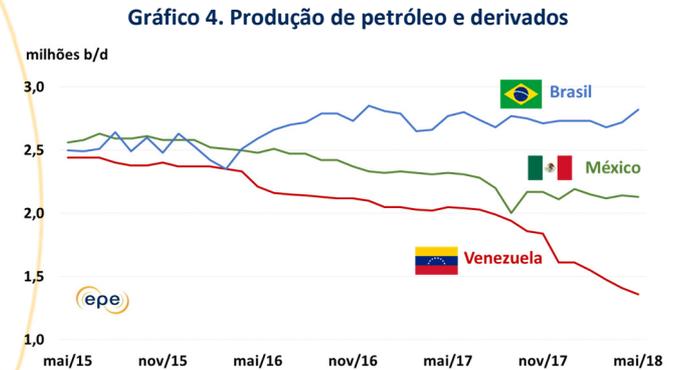
O primeiro semestre de 2018, em especial entre os meses de fevereiro e maio, foi marcado por um significativo aumento nos preços do barril de petróleo do tipo Brent. O valor, inicialmente próximo a US\$ 65/b, atingiu mais de US\$ 80/b em maio, influenciado por diversos fatores, como: a manutenção do acordo de corte de oferta de grandes países produtores, a redução significativa na produção venezuelana, a queda dos estoques comerciais, uma maior percepção de risco devido à saída dos EUA do acordo nuclear com o Irã e o aumento das tensões entre sauditas e iranianos, além da perspectiva de crescimento da demanda mundial.

Nos EUA, com a recuperação do valor do barril de petróleo, a partir 2016, empresas norte-americanas aumentaram seus investimentos em projetos de exploração de petróleo não convencional, resultando em recordes históricos de produção no semestre (ver seção Estatísticas). Nesse contexto, destaca-se o aumento da produção de petróleo na Bacia do Permian. Com isso, suas importações líquidas de petróleo e derivados atingiram o valor mais baixo em décadas (cerca de 2,5 milhões b/d) (EIA, 2018a). Contudo, dados os volumes produzidos nos EUA e a importação de petróleo canadense, surgiram problemas de movimentação e armazenagem (gargalos logísticos). A saturação logística, especialmente dos oleodutos que abastecem o Golfo do México surgiram dúvidas sobre a manutenção do crescimento da produção para os próximos anos. Além disso, existem limitações operacionais à capacidade de exportação dos portos terrestres situados à costa do Golfo do México, devido a restrições de profundidade para a entrada de petroleiros VLCC (*very large crude carrier*), embarcações usualmente destinadas à exportação de petróleo (EIA, 2018b). Esses aspectos contribuíram para ampliação do *spread* entre o Brent e o WTI<sup>17</sup> ao longo do semestre.

Analogamente, o Canadá também tem apresentado dificuldades no escoamento da sua produção de petróleo (oriunda de areias betuminosas), sendo obrigado a recorrer cada vez mais ao transporte rodoviário devido à dificuldade de construção de novos dutos e a limitações na infraestrutura ferroviária (Nickel e Gordon, 2018). Apesar do envolvimento do governo canadense, uma solução para o

escoamento da produção, que contemple seu crescimento, parece pouco provável no curto prazo<sup>18</sup>.

Na América Latina, o Brasil segue como o maior ofertante de petróleo, com expansão gradual de sua produção e declínios nas ofertas do México<sup>19</sup> e da Venezuela, conforme ilustrado no Gráfico 4.



Fonte: ANP (2018) e IEA (2018).

Em maio de 2018, a produção venezuelana apresentou um declínio da ordem de 650 mil b/d em relação ao mesmo período em 2017. Essa queda abrupta representou mais de 32% do volume de petróleo produzido pelo país, contribuindo para a recente elevação dos preços internacionais da *commodity* no mercado mundial.

Com a queda da produção de petróleo e das exportações, a crise política e situação econômica na Venezuela se agravaram, levando o governo venezuelano a transferir a maior parte dos recursos provenientes de sua estatal petrolífera (PDVSA) para gastos sociais. A redução expressiva de investimentos na produção acelerou a depleção natural dos campos. Além disso, a crise de abastecimento de itens básicos, como de alimentos, causou um êxodo de funcionários da PDVSA. Sanções norte-americanas, a prisão de executivos da Chevron sob a acusação de corrupção, a ausência de repasses financeiros da PDVSA aos seus parceiros nas *joint-ventures* e a dificuldade de compra de insumos provocaram uma redução dos investimentos no país por operadores estrangeiros. Ademais, uma decisão arbitral permitiu à ConocoPhillips confiscar terminais de armazenamento e transporte nas ilhas caribenhas de Curaçao e

<sup>17</sup> O petróleo do tipo West Texas Intermediate (WTI) é cotado em um dos maiores terminais de armazenagem de petróleo do mundo, com capacidade de 82 milhões de barris, em Cushing, Oklahoma. O diferencial de preços entre Brent-WTI atingiu o valor médio de US\$ 7/b referente aos últimos três meses.

<sup>18</sup> O Canadá tem apresentado dificuldades em construir novos dutos de escoamento para sua produção de Alberta, maior região produtora do país. A expansão da Transmountain assim como o projeto de Keystone XL estão sofrendo oposição e encontram-se em compasso de espera.

<sup>19</sup> Em 2013, o México realizou reformas em seu marco regulatório visando contornar o declínio da produção petrolífera. Contudo, o sucesso das reformas tente a se concretizar no longo prazo, em função da dinâmica do setor. Para informações adicionais, veja EPE (2016).

Aruba<sup>20</sup>. Isso prejudicou a capacidade de exportação venezuelana, uma vez que esses terminais eram utilizados pela PDVSA para mistura de seus petróleos mais pesados com correntes leves importadas (Cunningham, 2018). Com isso, a oferta de petróleo venezuelana, além ser limitada pela sua capacidade produtiva, passou também a ser cerceada por gargalos logísticos, originando dúvidas sobre a capacidade da PDVSA de honrar seus contratos de fornecimento. A gravidade das questões sociais e econômicas internas, aliado ao risco de imposição de novas sanções internacionais, à crescente deterioração dos equipamentos do setor que historicamente impulsiona a economia, à fuga de mão de obra qualificada e à saída de petrolíferas internacionais do país, pressupõem como pouco provável um aumento da produção no curto prazo.

O semestre também foi marcado pelo aumento das incertezas relacionadas ao Irã. Além de protestos populares por melhores condições de vida, os EUA impuseram novas exigências para sua permanência no acordo nuclear assinado em 2015 (JCPOA – *Joint Comprehensive Plan of Action*). Diante da rejeição por parte do Irã, os EUA renunciaram a aplicação de sanções a partir de novembro de 2018<sup>21</sup>. Diante do risco de retaliações comerciais, algumas refinarias na Europa e na Índia reduziram suas importações de petróleo do Irã, e empresas como Lukoil e Total decidiram não ir adiante com planos de desenvolvimentos de projetos em território iraniano.

Conflitos territoriais e disputas geopolíticas também se constituíram em fatores adicionais de instabilidade em 2018. Tensões originadas pelo combate ao Estado Islâmico, por incursões turcas contra os curdos, pelo ataque químico a rebeldes e o subsequente bombardeio americano na Síria aumentaram a possibilidade de conflito entre EUA, Turquia, Rússia, Israel, Irã e Arábia Saudita<sup>22</sup>. O conflito no Iêmen, com ataques promovidos pelos rebeldes iemenitas (houthis) às instalações e embarcações sauditas, também incitou maiores tensões entre Irã, que apoia os rebeldes, e a Arábia Saudita, que

apoia o governo iemenita. Ademais, o acirramento do embate comercial entre EUA e China poderá impactar negativamente o setor de petróleo, com reflexos na demanda mundial. Essas fontes de instabilidade contribuem para ampliar a percepção de risco, refletida em elevação no patamar de preços do petróleo.

Outra questão relevante nos últimos meses foi a manutenção do acordo entre Opep e não Opep (Opep+) e especulação sobre sua extensão<sup>23</sup>. Inquietações a respeito de uma possível restrição na oferta de petróleo, com um consequente descontrole de preços, refletiu na revisão da política de cotas<sup>24</sup> que, apesar da rejeição por Irã e Venezuela, foi aprovada na reunião da Opep+, realizada em junho de 2018.

Preocupações com a oferta iraniana e venezuelana, a instabilidade geopolítica mencionada anteriormente e conflitos ocorridos na Nigéria e Líbia, pressionaram os preços para o patamar de US\$ 80/b. Diante do exposto, caso a Opep+ eleve sua produção no curto prazo e se solucionem os gargalos logísticos nos EUA e Canadá (possibilitando o aumento de suas produções e exportações), o preço do petróleo internacional tende a se reduzir. Entretanto, um aumento da oferta decorrente da redução da capacidade ociosa da Opep+ e da elevação da produção dos EUA podem não ser suficientes para suprir o aumento da demanda, o que elevaria os preços ainda mais, assim como as incertezas e a volatilidade do mercado no curto prazo. No médio e longo prazos, mesmo que novos projetos exploratórios e de produção (em especial, em regiões *offshore*), sejam autorizados<sup>25</sup>, existe o questionamento se os investimentos serão suficientes para promover uma oferta compatível com a demanda futura.

<sup>20</sup> Essa medida decorreu de um processo solicitado pela empresa americana, a partir da nacionalização de seus ativos, ocorrida em 2007.

<sup>21</sup> Sanções aplicadas pelos EUA limitam negócios financiados com o dólar americano, o que deve dificultar a comercialização de petróleo, reduzindo a oferta mundial, como ocorrido nas últimas sanções.

<sup>22</sup> O governo russo apoia o governo de Assad. Os EUA apoiam rebeldes que lutam contra Assad e contra o Estado Islâmico. Os turcos buscam impedir o avanço de rebeldes curdos sobre suas fronteiras. O Irã pretende aumentar sua zona de influência em uma região vital para o escoamento de petróleo, e a Arábia Saudita almeja impedir o avanço iraniano. Enquanto isso, Israel quer evitar a ascensão de grupos terroristas e a influência iraniana em suas fronteiras.

<sup>23</sup> Devido, em parte, aos cortes que já realizados, em especial pela Arábia Saudita e Rússia, a estratégia da Opep+ obteve sucesso em seu objetivo de reduzir os estoques mundiais de petróleo para suas médias móveis dos últimos cinco anos.

<sup>24</sup> As novas cotas de produção não foram especificadas entre os respectivos países da Opep+, todavia, estima-se um aumento total de produção entre 650 mil b/d e 1 milhão b/d a partir de julho de 2018 (Verrastro *et al.*, 2018).

<sup>25</sup> O sucesso de leilões de blocos exploratórios (como os ocorridos no Brasil, México e Caribe), bem como novos projetos na Guiana e a retomada de outros no Mar do Norte e no Círculo Ártico indicam uma retomada gradual dos investimentos, ainda que, em sua maioria, em montantes menores que os aprovados até 2014 (exceto no caso brasileiro). Os anúncios agora são de plataformas com capacidades inferiores as anunciadas anteriormente, na ordem de 100 mil b/d. Atualmente, as *majors* concentram seus investimentos em projetos de ciclo curto, contudo, aos poucos projetos de mais longa duração (projetos *offshore*) devem retornar (EPE, 2017).

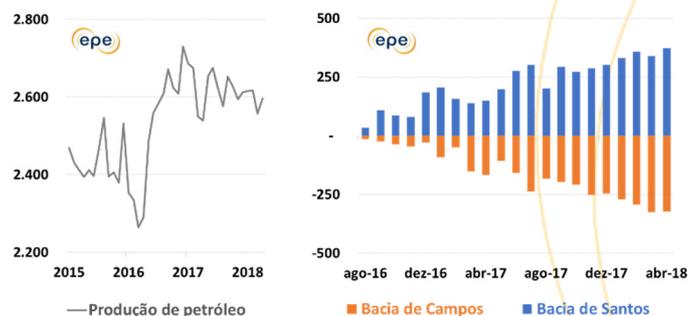
## Referências

- 1) ANP. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCUMBUSTÍVEIS, (2018). *Dados Estatísticos*. ANP. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>.
- 2) CUNNINGHAM, N., (2018). *Venezuela's Oil Meltdown Defies Belief*. OilPrice.com, 06 jun. 2018. Disponível em: <https://oilprice.com/Energy/Crude-Oil/Venezuelas-Oil-Meltdown-Defies-Belief.html>.
- 3) EIA. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, (2018a). *Short Term Energy Outlook – STEO de junho de 2018*. Disponível em: <https://www.eia.gov/outlooks/steo/>.
- 4) \_\_\_\_\_. (2018b). *U.S. Gulf Coast port limitations impose additional costs on rising U.S. crude oil exports. Today in Energy*. Disponível em: <https://www.eia.gov/todayinenergy/detail.php?id=36232>.
- 5) EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, (2016). *Marco Regulatório da Indústria do Petróleo no México*. Nota Técnica SPT-Abast nº1/2016. EPE, setembro de 2016. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/>.
- 6) \_\_\_\_\_. (2017). *Boletim de Conjuntura da Indústria do Petróleo*. Número 02, EPE, Publicações. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/boletim-de-conjuntura-da-industria-do-petroleo>.
- 7) IEA. INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, (2018). *Monthly oil statistics*. IEA. Disponível em: <https://www.iea.org/statistics/monthlystatistics/monthlyoilstatistics/>.
- 8) NICKEL, R.; GORDON, J., (2018). *Facing shipping constraints, Canada moving oil one truckload at a time*. Business News, Reuters, 23 abr.2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-canada-crude-trucks-insight/facing-shipping-constraints-canada-moving-oil-one-truckload-at-a-time-idUSKBN1HU0F4>.
- 9) VERRASTRO, F.; GOLDSTEIN, L.; HELMIG, A., (2018). *OPEC: Having Your Cake and Eating It Too—the Sequel*. Center for Strategic and International Studies, 25 jun. 2018. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/opec-having-your-cake-and-eating-it-too%E2%80%94sequel>.

## IV. CONJUNTURA BRASIL

Em dezembro de 2017, o Brasil alcançou um marco histórico. Pela primeira vez, o pré-sal respondeu por mais da metade da produção brasileira de petróleo. Desde então, a sua participação tem aumentado, atingindo 54,4% em abril de 2018 (ANP, 2018a). Para os próximos anos, a expectativa é que a produção do pré-sal continue a crescer, em função da entrada de diversas unidades produtivas (EPE, 2017). Nesse sentido, destaca-se o início da operação do campo de Búzios (Bacia de Santos), o primeiro em produção sob o regime de Cessão Onerosa, em abril de 2018 (Petrobras, 2018). No entanto, apesar do crescimento do pré-sal, a produção nacional de petróleo tem se mantido em torno de 2,6 milhões b/d. Tal fato se justifica, pois, a produção da Bacia de Campos (majoritariamente pós-sal) tem declinado nos últimos dois anos na mesma medida que a produção da Bacia de Santos (majoritariamente pré-sal) tem aumentado (ANP, 2018a). Esse comportamento pode ser observado no Gráfico 5.

**Gráfico 5: Produção nacional de petróleo e variação mensal acumulada da produção nas Bacias de Campos e Santos a partir de julho de 2016 (mil b/d)**



Fonte: ANP (2018a).

Nos últimos anos, o Brasil tem promovido uma agenda positiva no setor de petróleo e gás natural, buscando estabelecer um ambiente mais favorável à atração de investimentos. Nesse sentido, destaca-se a previsibilidade e confiabilidade proporcionadas pelo calendário plurianual de rodadas de licitações de blocos exploratórios e de campos terrestres maduros no período de 2017 a 2019. Dentro desse calendário, a ANP realizou duas rodadas de licitação no 1º semestre de 2018. A 15ª Rodada de Licitações, ocorrida em março, ofertou áreas com volume *in situ* não riscado total de 30 bilhões de barris de petróleo, além de mais de 200 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural. Dos 47 blocos marítimos ofertados, 22 foram arrematados, configurando uma arrecadação de mais de R\$ 8 bilhões em bônus de assinatura e investimentos de, no mínimo, R\$ 1,2 bilhão na fase de exploração. Os blocos arrematados estão distribuídos nas bacias de Santos, Potiguar, Campos, Ceará e Sergipe-Alagoas. A assinatura dos contratos está prevista para ocorrer até o dia 30 de novembro de 2018 (ANP, 2018b). Por sua vez, a 4ª Rodada de Partilha de Produção aconteceu em junho e as áreas ofertadas tiveram volumes estimados na ordem de 17 bilhões de barris de petróleo. Dos quatro blocos oferecidos nas bacias de Campos e Santos, três foram arrematados com uma arrecadação de R\$ 3,15 bilhões em bônus de assinatura e previsão de geração de R\$ 738 milhões em investimentos durante a fase de exploração (ANP, 2018c). Ademais, o CNPE autorizou a realização da 5ª Rodada de Partilha de Produção, prevista para 28 de setembro de 2018, em que serão ofertadas as áreas de Saturno, Titã, Pau-Brasil e Sudoeste de Tartaruga Verde, nas Bacias de Santos e Campos (ANP, 2018d; CNPE, 2018). A Petrobras manifestou interesse em exercer o direito de preferência somente no bloco de Sudoeste de Tartaruga Verde, como operador e com o percentual de 30% (CNPE, 2018).

Por outro lado, destaca-se a devolução à ANP da concessão de dois blocos exploratórios em águas rasas da bacia de Foz do Amazonas pela australiana BHP em março. Existe uma forte resistência ambiental aos projetos de exploração nessa região devido à possibilidade de existência de recifes de corais na área. Como consequência, o Ibama já rejeitou por quatro vezes o pedido da francesa Total para a exploração de seus blocos na Bacia da Foz do Amazonas (Ibama, 2018).

A ANP divulgou as regras para participação na Oferta Permanente, que consiste na oferta contínua de campos devolvidos ou em processo de devolução e de blocos exploratórios não arrematados em licitações anteriores ou devolvidos. A apresentação de garantia de oferta e de declaração de interesse nas áreas de Oferta Permanente deve ocorrer a partir de julho, enquanto as apresentações das ofertas devem ser realizadas a partir de novembro. O CNPE, por meio da Resolução nº 2/2018, estabeleceu o conteúdo local mínimo obrigatório a ser exigido nessas áreas. O texto determina que os compromissos de conteúdo local serão definidos em cláusulas específicas do contrato, não sendo adotados como critério de julgamento das ofertas na licitação. Já para áreas terrestres com acumulações marginais de petróleo e gás natural, o conteúdo local não será objeto de exigência contratual (ANP, 2018e).

Além disso, a ANP regulamentou o *wavier* para contratos de concessão até a 13ª rodada e publicou termo aditivo alterando cláusulas de conteúdo local, reduzindo seus percentuais em linha com os das licitações mais recentes. A opção pela nova cláusula de conteúdo local é facultada para todos os contratos em vigor, com efeitos para as fases não encerradas, e a contrapartida é a extinção do direito à solicitação de isenção (*wavier*) (ANP, 2018f).

Por sua vez, o processo de revisão do contrato da cessão onerosa continua sendo negociado entre a Petrobras e os representantes da União<sup>26</sup> (Petrobras, 2018). A ausência de um acordo entre as partes postergou os planos de ofertar esse excedente por meio de leilão em 2018. Ademais, uma alteração na norma do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre a sistemática de acompanhamento de desestatizações e concessões impede a realização do leilão neste ano<sup>27</sup> (Brasil, 2018a).

A extensão do Repetro até 2040, sancionada pela Presidência em dezembro de 2017, tem encontrado barreiras para ser aprovada no estado do Rio de Janeiro, principal produtor de petróleo e gás natural no País e que ainda não aderiu ao regime. Inicialmente, o Repetro foi regulamentado no estado por decreto do Governador. Entretanto, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) estende o debate e as incertezas sobre a aprovação do regime. Já nos estados de São Paulo e Espírito Santo, importantes produtores, a extensão do Repetro foi aprovada.

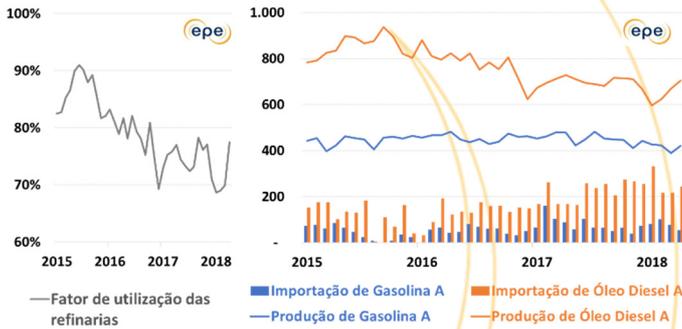
Destaca-se também o 1º Leilão de Petróleo da União, realizado pela Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) em maio, que terminou sem interessados. A PPSA ofereceu contratos de um ano para compra da parcela da União na produção dos campos de Mero, Lula e Sapinhoá, no pré-sal da Bacia de Santos. A Shell era a única proponente habilitada para apresentar propostas, mas não demonstrou interesse nos contratos. Com isso, a estatal afirma que está trabalhando para refazer o Leilão. Em março, a PPSA concluiu a primeira venda de óleo da União em contratos do pré-sal. O volume de 500 mil barris de óleo do campo de Mero foi adquirido pela Petrobras, que ofereceu o melhor preço em uma consulta a oito empresas. Na sequência, em maio, a estatal acertou a venda de mais 750 mil barris de óleo de Mero para a Petrobras (PPSA, 2018). Nesse contexto, a Presidência sancionou a Lei nº 13.679/2018 que permite que a PPSA realize a comercialização da parte do óleo devida à União no pré-sal, com base no regime de partilha, diretamente para empresas e sem a necessidade de agentes de comercialização. A legislação também prevê que o CNPE publique uma resolução com a nova política de comercialização do petróleo e gás natural da União no pré-sal até 31 de dezembro de 2018 (Brasil, 2018b).

No *downstream*, ressalta-se a manutenção do fator de utilização das refinarias nacionais em patamar abaixo do praticado historicamente. Entre 2015 e os primeiros meses de 2018, a utilização do parque de refino oscilou entre 85% e 70%, impactando sobremaneira a produção nacional de derivados de petróleo, em especial, o óleo diesel A. Como consequência, e apesar da retração na demanda de combustíveis no período, as importações se elevaram, particularmente, nos últimos 12 meses, como mostra o **Gráfico 6**.

<sup>26</sup> O Governo Federal instituiu uma Comissão Interministerial em janeiro de 2018 para negociar com a Petrobras os termos da revisão do contrato da cessão onerosa de áreas de petróleo no pré-sal, firmado entre União e Petrobras em 2010. A negociação envolve o valor do contrato, o volume máximo, o prazo de vigência e os percentuais mínimos de conteúdo local (MME, 2018a).

<sup>27</sup> A partir da Instrução Normativa nº81/2018, o TCU passa a exigir o envio de todas as informações relacionadas a qualquer licitação com antecedência mínima de 150 dias da data prevista para publicação do edital (Brasil, 2018a).

**Gráfico 6: Fator de utilização das refinarias (%) e produção e importação de gasolina A e óleo diesel A (mil b/d)**



Fonte: ANP (2018g).

Em relação ao GLP, a Petrobras anunciou em janeiro de 2018 a revisão da sua política de preços na comercialização para uso residencial, em botijões de até 13 kg, com o objetivo de suavizar os repasses da volatilidade dos preços internacionais (ver Seção Estatísticas). Os ajustes de preços passaram a ser trimestrais em vez de mensais, com vigência no dia 5 do início de cada trimestre (Petrobras, 2018).

Além disso, a Petrobras tem dado continuidade à sua política de desinvestimentos em áreas de negócio que apresentam menor rentabilidade ou que não sejam estratégicas no longo prazo para a empresa. Neste primeiro semestre, destacam-se a finalização da operação de venda de 100% das ações detidas na Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e na Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para a mexicana Alpek por US\$ 435 milhões, o encerramento da transação referente à cessão de 25% de participação do campo de Roncador para a norueguesa Equinor (novo nome da Statoil) por US\$ 2,9 bilhões, e a cessão de direitos para a francesa Total de 35% do campo de Lapa e de 22,5% da área de Iara, que contém os campos de Sururu, Berbigão e Oeste de Atapu, no pré-sal da Bacia de Santos, totalizando US\$ 1,95 bilhão (Petrobras, 2018). Por outro lado, a operação de venda da Liquigás para a Ultragas foi reprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com a justificativa de que a aquisição promoveria

uma concentração de mercado prejudicial à sociedade (Petrobras, 2018).

No setor de fertilizantes, a Petrobras anunciou que negocia com a empresa russa Acron a venda de participação integral na Araucária Nitrogenados S.A. (Ansa), Araucária/PR, e na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (UFN-III), Três Lagoas/MS, cuja construção foi interrompida em 2014 com cerca de 80% de avanço físico. Ao mesmo tempo, a empresa anunciou que a hibernação da Fábricas de Fertilizantes de Laranjeiras/SE (Fafen-SE) e de Camaçari/BA (Fafen-BA) deve ser concluída até outubro de 2018 (Petrobras, 2018).

Além disso, a estatal divulgou em abril o modelo de alienação de sua participação em refino e logística no País. O modelo prevê a criação de duas subsidiárias, uma reunindo ativos da Região Nordeste e a outra reunindo ativos da Região Sul<sup>28</sup>. A Petrobras pretende vender 60% de sua participação acionária em cada uma dessas novas sociedades (Petrobras, 2018), mas aguarda a resolução da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.624 MC/DF pelo Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>29</sup>.

No biênio 2017-2018, a Petrobras recebeu US\$ 11,4 bilhões com a sua política de desinvestimentos, sendo US\$ 6,4 bilhões em 2017 e US\$ 5,0 bilhões até junho de 2018. Esses valores, no entanto, ainda estão distantes da meta de US\$ 21 bilhões estipulada apenas para o biênio 2017-2018 no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 (Petrobras, 2018).

Em relação às iniciativas e grupos de trabalho estabelecidos pelo Governo Federal nos últimos anos, destaca-se que as discussões da nova Lei do Gás (PL nº 6.407/2013), encaminhada a partir da iniciativa Gás para Crescer, encontram-se em análise no Congresso Nacional. Em março, houve a regulamentação da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) por meio do Decreto nº 9.308/2018 e da Portaria MME nº 103/2018. O Decreto estabelece que as Metas Compulsórias Anuais de Redução de Emissões de Gases do Efeito Estufa entrarão em vigor a partir de dezembro de 2019. As Metas foram definidas em junho pela Resolução CNPE nº 5/2018, que propõe uma redução da intensidade de carbono da matriz de

interligando as refinarias às bases e terminais de distribuição (Petrobras, 2018).

<sup>29</sup> Em 27 de junho, o Ministro Ricardo Lewandowski concedeu parcialmente a medida cautelar pleiteada na ADI nº 5.624 MC/DF, afirmando que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário, bem como que a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas (STF, 2018).

<sup>28</sup> A subsidiária do Nordeste compreende a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) e a Refinaria Abreu e Lima (RNEST), bem como ativos de logística (dutos e terminais) operados pela Transpetro e integrados a essas refinarias: 2 terminais aquaviários (Madre de Deus e Suape) e 3 terminais terrestres (Candeias, Itabuna e Jequié), 2 dutos de suprimento de petróleo, 1 poliduto e 35 dutos de derivados interligando as refinarias às bases e terminais de distribuição. A subsidiária do Sul compreende a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) e a Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), bem como ativos de logística (dutos e terminais) operados pela Transpetro e integrados a essas refinarias: 4 terminais aquaviários (Paranaguá, São Francisco do Sul, Tramandaí, Niterói) e 3 terminais terrestres (Guaramirim, Itajaí e Biguaçu), 2 dutos de suprimento de petróleo, 2 polidutos e 4 dutos de derivados

combustíveis do País em 10% até o fim de 2028 (CNPE, 2018). No âmbito da iniciativa Combustível Brasil, ressalta-se que o relatório de atividades foi aprovado em reunião do CNPE em junho, incluindo análises que visam o suporte à simplificação e à harmonização dos mecanismos tributários, além de revisões de atos normativos no âmbito da regulação. Em adição à essas iniciativas, o MME instituiu um Grupo de Trabalho (GT), em janeiro de 2018, com o objetivo de identificar, analisar e sugerir ações necessárias para incentivar investimentos nos setores de refino e petroquímica no País. O Relatório Final do GT, aprovado pelo CNPE em março, propõe dez medidas de indução aos investimentos nesses setores (MME, 2018b). De forma geral, observa-se que as iniciativas prioritárias do Governo Federal para o setor evoluíram em ritmos distintos no 1º semestre de 2018. Apesar dos avanços, permanecem indefinições que, associadas às eleições, tem aumentado o grau de desconfiança em relação à capacidade do País em promover um ambiente favorável aos investimentos no setor de petróleo e gás natural.

Em complemento, somam-se as consequências da paralisação de caminhoneiros autônomos no final de maio. O bloqueio de rodovias em 24 estados e no Distrito Federal causaram problemas de desabastecimento de combustíveis líquidos e a escassez de alimentos e demais produtos básicos em grande parte do País durante cerca de 10 dias. A pauta de reivindicações dos manifestantes incluía principalmente o fim dos reajustes diários e a redução dos preços do óleo diesel (ver Seção Estatísticas), e o estabelecimento de preços mínimos para o frete rodoviário (BBC Brasil, 2018). Logo, a política de preços adotada pela Petrobras a partir de 2016<sup>30</sup> e a tributação dos combustíveis se tornaram o centro das discussões. A negociação com os manifestantes resultou na adoção de algumas medidas por parte do Governo Federal, em que se destacam:

(i) o anúncio do Programa de subvenção econômica à comercialização de óleo diesel, instituído pela MP 838/2018 e regulamentado pelos Decretos nº 9.392/2018 e nº 9.403/2018. O Programa confere uma subvenção de R\$ 0,30 por litro até 31 de dezembro de 2018, paga pela União aos produtores e importadores de óleo diesel, mediante comprovação, além de estabelecer uma periodicidade mensal para os reajustes dos preços ao consumidor nesse período (Brasil, 2018c; Petrobras, 2018);

(ii) a redução das alíquotas de Cide e de PIS e Cofins sobre o óleo diesel (Brasil, 2018d);

(iii) a ANP abriu uma Tomada Pública de Contribuições (TPC) para discutir a periodicidade dos reajustes dos preços de combustíveis (ANP, 2018h);

(iv) a publicação da MP nº 832/2018 que estabelece a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas (Brasil, 2018e). A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) publicou a Resolução nº 5.820/2018 (atualizada pela Resolução nº 5.821/2018), que apresenta a tabela com os preços mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes. Contudo, a falta de consenso entre as categorias envolvidas na questão fez com que a ANTT revogasse a resolução. Com isso, a discussão foi ampliada para o Senado Federal e o STF, inclusive, sobre a constitucionalidade da medida. Por sua vez, de acordo com ANTT (2018), uma nova proposta de regulamentação está sendo discutida internamente e deve ser submetida a audiência pública antes de publicada.

O desgaste político provocado pela paralisação dos caminhoneiros culminou no pedido de renúncia de Pedro Parente da Presidência da Petrobras<sup>31</sup>. A pressão sobre a política de preços dos combustíveis e a saída do presidente da empresa alimentaram a desconfiança do mercado em relação à ingerência política na Petrobras. Além disso, grande parte das medidas tomadas pelo Governo incidem, não somente na empresa, mas também nos demais agentes do mercado de combustíveis, incluindo os importadores.

Em suma, o Brasil logrou êxito ao longo do 1º semestre de 2018 em seus processos licitatórios do *upstream* e com a divulgação das regras da Oferta Permanente, incentivando um ambiente mais favorável à atração de investimentos. Por outro lado, a indústria do petróleo no País tem observado algumas indefinições, como a revisão da Cessão Onerosa e a aprovação do Repetro no Rio de Janeiro. Já o plano de desinvestimentos da Petrobras segue o seu curso em prol da revitalização financeira da empresa, embora tenha sofrido um revés no semestre com a proibição da venda da Liquigás pelo Cade. Por fim, os problemas de abastecimento enfrentados pelo País durante a paralisação dos caminhoneiros trouxeram à tona a discussão sobre o processo de formação de preços dos combustíveis no mercado doméstico, além de terem reafirmado os desafios à realização de investimentos no *downstream*.

<sup>30</sup> Em outubro de 2016, a Petrobras anunciou uma política de preços para gasolina e óleo diesel, baseada no alinhamento aos preços internacionais e com revisões de pelo menos uma vez por mês (Petrobras, 2016). Essa política foi revisada pela Petrobras em junho de 2017, possibilitando o ajuste diário nos preços dos combustíveis (Petrobras, 2017).

<sup>31</sup> Em seu lugar, o Conselho de Administração da empresa nomeou Ivan Monteiro, que ocupava o cargo de Diretor Executivo Financeiro e de Relação com Investidores (Petrobras, 2018).

## Referências

- 1) ANP. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIODIESEL, (2018a). *Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural*. Abril de 2018. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/boletins-anp>.
- 2) \_\_\_\_\_. (2018b). *15ª Rodada de Licitação de Blocos*. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/15-rodada-de-licitacao-de-blocos>.
- 3) \_\_\_\_\_. (2018c). *4ª Rodada de Partilha de Produção - Pré-Sal*. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/4-rodada-de-partilha-de-producao-pre-sal>.
- 4) \_\_\_\_\_. (2018d). *CNPE propõe realização da 5ª Rodada de Partilha de Produção*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4459-cnpe-propoe-realizacao-da-5-rodada-de-partilha-de-producao>.
- 5) \_\_\_\_\_. (2018e). *Oferta Permanente*. Disponível em: <http://rodadas.anp.gov.br/pt/oferta-permanente>.
- 6) \_\_\_\_\_. (2018f). *Aprovada resolução que regulamenta o waiver e o aditamento de contratos com novas regras de Conteúdo Local*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/noticias/anp-e-p/4411-resolucao-regulamenta-waiver-e-aditamento-novas-regras-conteudo-local>.
- 7) \_\_\_\_\_. (2018g). *Dados estatísticos*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/dados-estatisticos>.
- 8) \_\_\_\_\_. (2018h). *Tomada Pública de Contribuições - Preços dos combustíveis*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/consultas-audiencias-publicas>>.
- 9) ANTT, AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (2018). *Tabelas de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas*. Disponível em: [http://www.antt.gov.br/cargas/Tabelas\\_de\\_Precos\\_Minimos\\_do\\_Transporte\\_Rodoviario\\_de\\_Cargas.html](http://www.antt.gov.br/cargas/Tabelas_de_Precos_Minimos_do_Transporte_Rodoviario_de_Cargas.html).
- 10) BBC BRASIL (2018). *Quem são e o que querem os caminhoneiros que estão parando o país*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205870>.
- 11) BRASIL (2018a). *Instrução Normativa TCU nº 81 de 20 de junho de 2018*. Tribunal de Contas da União. Disponível em: <http://www.imprensa.nacional.gov.br>.
- 12) \_\_\_\_\_. (2018b). *Lei nº 13.679 de 14 de junho de 2018*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- 13) \_\_\_\_\_. (2018c). *Medida Provisória nº 838 de 30 de maio de 2018*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- 14) \_\_\_\_\_. (2018d). *Decreto nº 9.391 de 30 de maio de 2018*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- 15) \_\_\_\_\_. (2018e). *Medida Provisória nº 832 de 27 de maio de 2018*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.
- 16) CNPE. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA, (2018). *Resoluções CNPE 2018*. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/cnpe-2018>.
- 17) EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA, (2017). *Plano Decenal de Expansão de Energia 2026*. Disponível em: <http://epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Plano-Decenal-de-Expansao-de-Energia-2026>.
- 18) IBAMA. INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, (2018). *Foz do Amazonas: estudos ambientais apresentados são insuficientes, conclui Parecer Técnico do Ibama*. Disponível em: <http://ibama.gov.br/notas/1474-foz-do-amazonas-estudos-ambientais-apresentados-sao-insuficientes-conclui-parecer-tecnico-do-ibama>.
- 19) PETROBRAS. PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. (2018), *Comunicados e Fatos Relevantes*. Disponível em: <http://www.investidorpetrobras.com.br/pt/comunicados-e-fatos-relevantes>.
- 20) \_\_\_\_\_. (2017). *Revisão da política de preços de diesel e gasolina*. Fatos e Dados. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados>.
- 21) \_\_\_\_\_. (2016). *Adotamos nova política de preços de diesel e gasolina*. Fatos e Dados. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados>.
- 22) PPSA. PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A., (2018). *Comercialização*. Disponível em: <http://www.presalpetroleo.gov.br/ppsa/comercializacao>.
- 23) MME. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, (2018a). *Governo cria comissão interministerial para negociar cessão onerosa com Petrobras*. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>.
- 24) \_\_\_\_\_. (2018b). *Combustível Brasil*. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/web/guest/secretarias/petroleo-gas-natural-e-combustiveis-renovaveis/programas/combustivel-brasil>.
- 25) STF. Supremo Tribunal Federal, (2018). *Liminar ADI nº 5.624 MC/DF*. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/>.

## V. ESTATÍSTICAS

PIB (CRESCIMENTO REAL)	2015	2016	2017	2017T4	2018T1
EUA	2,6%	1,6%	2,3%	2,9%	2,2%
China	6,9%	6,7%	6,9%	6,9%	6,8%
Índia	8,2%	7,1%	6,7%	7,0%	7,7%
União Europeia (28 países)	2,2%	1,9%	2,7%	2,8%	2,5%
Brasil	-3,5%	-3,5%	1,0%	2,1%	1,2%
Mundo	3,4%	3,1%	3,1%	n.d.	n.d.

Fonte: Banco Mundial; National Bureau of Statistics (NBS) of China; Bureau of Economic Analysis (BEA), Eurostat; FMI e IBGE.

Nota: Taxa trimestral calculada como a variação do trimestre corrente sobre o mesmo trimestre do ano anterior.

PREÇOS DE PETRÓLEOS (US\$/B)	2015	2016	2017	2017T4	2018T1
Brent	52,41	43,37	53,23	57,28	66,73
WTI	48,73	42,95	49,94	51,57	62,86
Dubai	50,94	41,28	52,22	55,63	63,87
Árabe Leve	49,85	40,89	51,66	55,73	65,28
Bonny Light	52,95	43,95	53,63	57,97	67,66
Girassol	47,98	43,53	53,54	57,88	67,58
Marlim	39,34	33,12	44,65	51,32	56,25
Roncador	39,53	33,23	44,76	51,54	56,30

Fonte: ANP e Opep.

Nota: Média dos valores correntes.

### EVOLUÇÃO DAS MOEDAS SELECIONADAS EM RELAÇÃO AO DÓLAR



Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: i) base 100 em janeiro de 2014; ii) Renminbi é moeda oficial chinesa, enquanto luan é o nome da sua unidade básica.

CAPACIDADE OCIOSA (MILHÕES B/D)	2015	2016	2017	2017T4	2018T1
Opep	1,46	1,15	2,09	2,10	1,92

Fonte: EIA.

PRODUÇÃO DE PETRÓLEO (MILHÕES B/D)	2015	2016	2017	2017T4	2018T1
Produção Global	92,0	92,4	92,7	93,4	93,5
África	8,5	7,9	7,2	7,4	7,5
Américas	28,0	27,2	27,2	28,0	27,9
Ásia Pacífico	8,3	8,0	7,7	7,6	7,6
Eurásia	17,7	17,9	18,0	18,0	18,2
Oriente Médio	29,4	31,2	25,7	25,6	25,5

Fonte: Elaboração própria a partir de IEA e Opep.

Nota: Inclui petróleo, condensados e líquidos de gás natural. Não inclui ganhos de processamento e biocombustíveis.

NÍVEL DE ATIVIDADE	2015	2016	2017	2017T4	2018T1
Sondas em uso (EUA, unidades)	977	509	875	921	964
Sondas em uso (Mundo, unidades)	2.412	1.673	2.110	2.156	2.289
Contratos futuros financeiros (Unidades)	1.708	1.815	1.532	2.505	2.506
Utilização de refinarias (EUA)	93%	90%	91%	91%	90%
Utilização de refinarias (Euro-16)	91%	88%	90%	90%	86%
Utilização de refinarias (Brasil)	86%	79%	62%	75%	68%

Fonte: ANP, Petrobras e Opep.

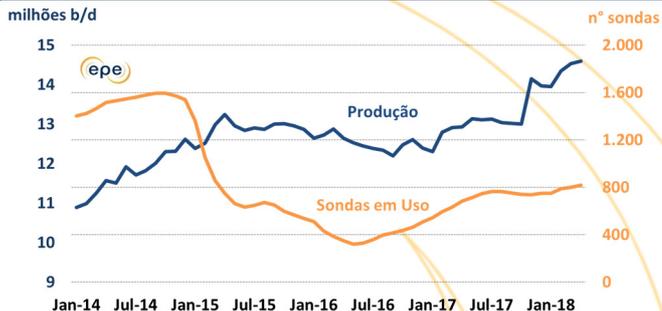
Nota: Incluem sondas de petróleo, gás natural e outros.

DEMANDA DE PETRÓLEO (MILHÕES B/D)	2015	2016	2017	2017T4	2018T1
Demanda Global	90,3	91,5	93,1	93,7	93,7
África	4,0	4,1	4,3	4,3	4,4
Américas	28,8	28,8	28,9	29,1	29,1
Ásia Pacífico	31,0	31,8	32,8	33,4	33,8
Eurásia	18,1	18,5	18,9	18,9	18,4
Oriente Médio	8,3	8,2	8,3	8,0	7,9

Fonte: Elaboração própria a partir de IEA e Opep.

Nota: i) inclui petróleo, condensados e líquidos de gás natural; ii) não inclui ganhos de processamento e biocombustíveis.

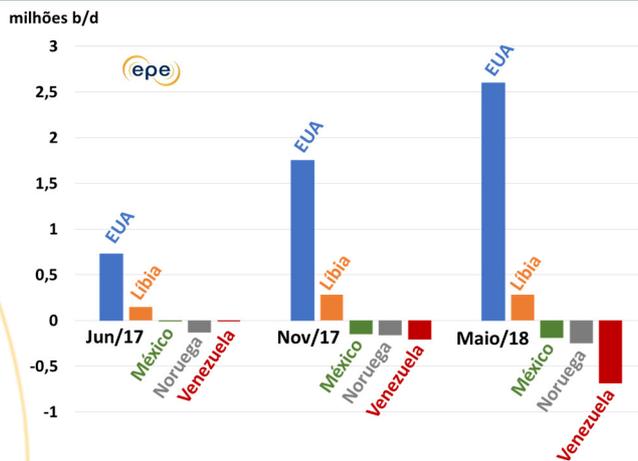
**PRODUÇÃO DOS EUA**



Fonte: IEA, EIA e Baker Hughes.

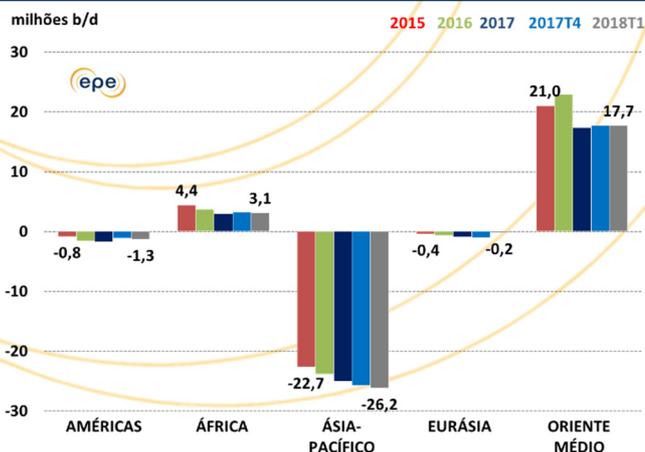
Nota: i) sondas em uso, destacadas neste gráfico, correspondem apenas às sondas de petróleo; ii) produção inclui petróleo, condensados e líquidos de gás natural.

**VARIACÃO DA PRODUÇÃO DE PETRÓLEO FRENTE A JANEIRO DE 2017**



Fonte: IEA.

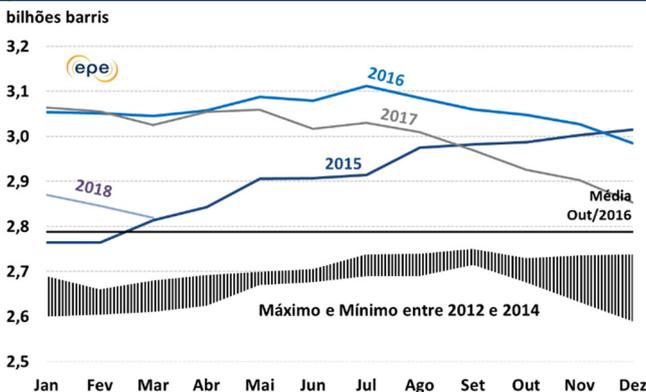
**BALANÇOS REGIONAIS**



Fonte: Elaboração própria a partir de IEA e Opep.

Nota: Inclui petróleo, condensados e líquidos de gás natural. Não inclui ganhos de processamento e biocombustíveis.

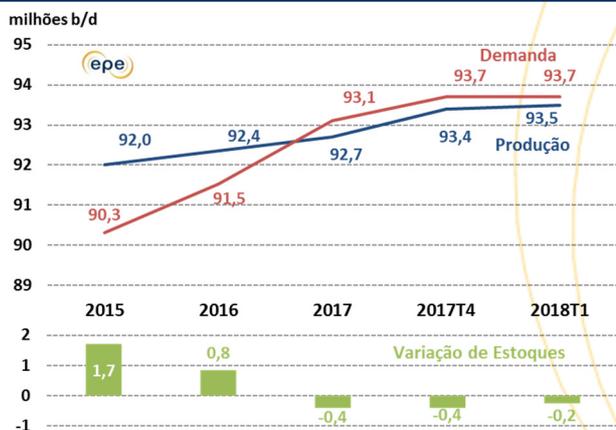
**ESTOQUES COMERCIAIS TOTAIS DE PETRÓLEO NA OCDE**



Fonte: Elaboração própria a partir de IEA.

Nota: i) estoques totais incluem petróleo cru, derivados, LGN, insumos de refinaria, aditivos e outros hidrocarbonetos; ii) média em outubro de 2016 se refere ao cálculo médio de 5 anos, objetivo indicado pela Opep em novembro de 2016.

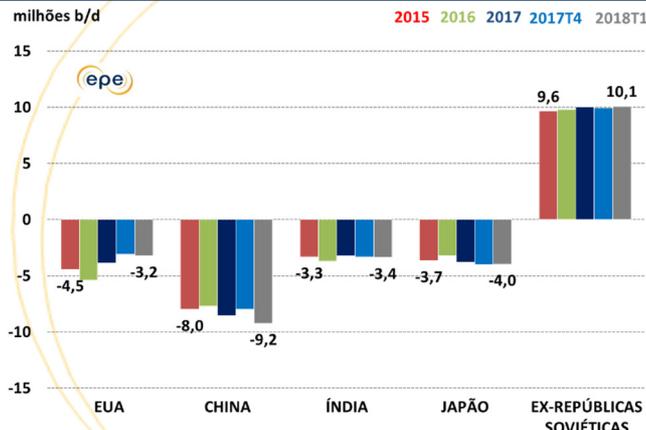
**BALANÇO GLOBAL DE PETRÓLEO**



Fonte: Elaboração própria a partir de IEA e Opep.

Nota: Inclui petróleo, condensados e líquidos de gás natural. Não inclui ganhos de processamento e biocombustíveis.

**COMÉRCIO INTERNACIONAL DE PETRÓLEO E DERIVADOS**



Fonte: Opep.

Nota: As exportações líquidas são retratadas pelos valores positivos, enquanto valores negativos representam saldos de importação líquida.

**PRÓXIMAS LICITAÇÕES DE PETRÓLEO & GAS NATURAL NO MUNDO EM 2018**

Data	País	Descrição
Jul/18	México	3ª rodada de licitação <i>onshore</i>
Jul/18	Argentina	1ª rodada de licitações <i>offshore</i>
Ago/18	EUA	Concessão - Golfo do México
Set/18	Brasil	5ª rodada de licitações de Partilha
2018T2	Trinidad e Tobago	Rodada de águas profundas de 2018
2018	Nigéria	2ª rodada de campos marginais
n/d	China	38 blocos <i>offshore</i>
n/d	Dinamarca	8ª rodada de licenciamento
n/d	Paquistão	32 blocos

Fonte: Elaboração própria a partir de CNPE e Petroleum Economist.

**CRONOGRAMA DE LICITAÇÕES DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL NO BRASIL**

Ano	Rodada	Modalidade	Período	Descrição
2018	4ª	Partilha	Mai/18	Pré-sal na Bacia de Santos e Campos
	15ª	Concessão	Mai/18	Blocos em águas ultraprofundas e em bacias terrestres
	5ª	Partilha	Set/18	Pré-sal na Bacia de Santos e Campos
2019	6ª	Partilha	2019S2	Pré-sal na Bacia de Santos
	16ª	Concessão	2019S2	Blocos em águas ultraprofundas e em bacias terrestres
2020	17ª	Concessão	2020	Blocos em estudo
2021	18ª	Concessão	2021	Blocos em estudo

Fonte: CNPE.

Nota: Não considera o leilão do óleo excedente da Cessão Onerosa.

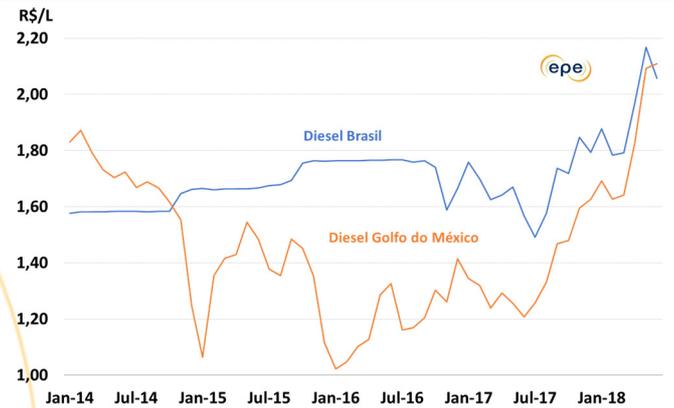
**PRODUÇÃO E COMÉRCIO NO BRASIL (MIL B/D)**

	2015	2016	2017	2017T4	2018T1
<b>Petróleo</b>					
Produção	2.442	2.522	2.622	2.633	2.560
Exportação líq.	439	692	847	550	819
<b>Derivados Petróleo</b>					
Produção	2.290	2.139	1.824	1.812	1.835
Importação líq.	231	279	401	404	394
<b>Biocombustíveis</b>					
Produção	589	553	563	535	166
Importação líq.	-22	-16	8	-1	7

Fonte: EPE (Balanço Energético Nacional) e ANP.

Nota: i) a produção de petróleo inclui petróleo e condensados. Não inclui gás, líquidos de gás natural, ganhos de processamento e biocombustíveis; ii) biocombustíveis inclui etanol e biodiesel.

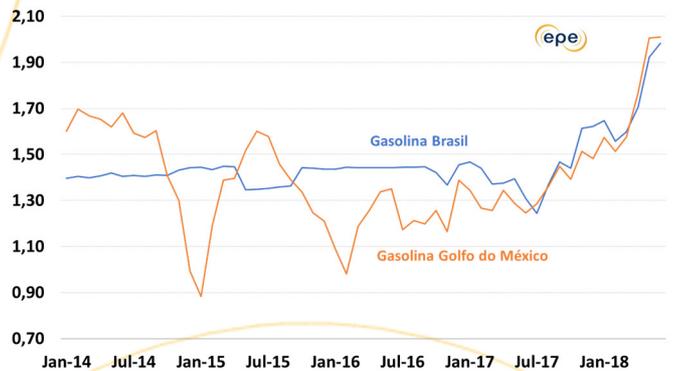
**PREÇO DE REALIZAÇÃO DO DIESEL NO BRASIL E NO GOLFO DO MÉXICO**



Fonte: Elaboração própria a partir de ANP, Portal da Legislação (Planalto) e EIA.

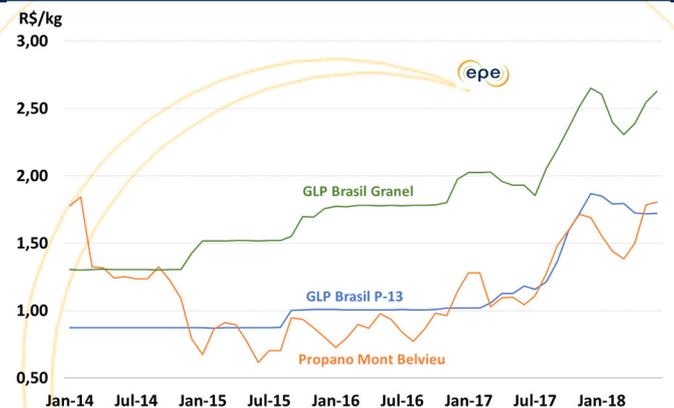
Nota: i) diesel Brasil representa o preço médio ponderado do diesel S10 e S500; ii) diesel Golfo do México representa o ULSD (*ultra-low sulfur diesel*) da região, com até 15 ppm de enxofre.

**PREÇO DE REALIZAÇÃO DA GASOLINA NO BRASIL E NO GOLFO DO MÉXICO**



Fonte: Elaboração própria a partir de ANP, Portal da Legislação (Planalto) e EIA.

**PREÇO DE REALIZAÇÃO DO GLP NO BRASIL E DO PROPANO NOS EUA**



Fonte: Elaboração própria a partir de ANP, Portal da Legislação (Planalto) e EIA.

Nota: Não existe o produto GLP para comercialização nos EUA. Adotou-se o propano por atender às especificações da ANP e por representar a maior parte da composição do GLP no Brasil.

**Equipe Editorial**

<b>Coordenação Geral</b>	José Mauro Ferreira Coelho Marcos Frederico Farias de Souza	<b>Equipe Técnica</b>	Bruno Rodamilans Lowe Stukart Carlos Augusto Góes Pacheco Carlos Eduardo Rinco de Mendonça Lima Filipe de Pádua Fernandes Silva Guilherme Theulen Antoniasse Raul Fagundes Leggieri Vitor Manuel do Espírito Santo Silva
<b>Coordenação Técnica</b>	Marcelo Castello Branco Cavalcanti Patrícia Feitosa Bonfim Stelling	<b>Estagiária</b>	Raphaela Dias Teixeira